

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**PERYCLES BORGES TUPY**

**UMA ANÁLISE DA INSERÇÃO REGIONAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA -  
BA À LUZ DAS TEORIAS DOS PÓLOS DE CRESCIMENTO**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA  
2017

**PERYCLES BORGES TUPY**

**UMA ANÁLISE DA INSERÇÃO REGIONAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA -  
BA À LUZ DAS TEORIAS DOS PÓLOS DE CRESCIMENTO**

Trabalho Monográfico apresentado ao Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

**ORIENTADOR: PROF. ME. MARCO ANTÔNIO ARAÚJO LONGUINHOS**

**COORIENTADOR: PROF. ME. IGOR SANTOS TUPY (Universidade Federal de Minas Gerais)**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA  
2017

T84a Tupy, Perycles Borges.  
Uma análise da inserção regional de Vitória da Conquista Ba  
à luz das teorias dos pólos de crescimento. / Perycles Borges  
Tupy, 2017.  
81f.  
Orientador (a): Dr. Marco Antônio Araújo Longuinhos.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação),  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da  
Conquista, 2017.  
Inclui referências. F. 78-81.  
1. Economia - Vitória da Conquista- Ba. 2. Economia  
regional. 3. Polo de crescimento – Estrutura produtiva. I.  
Longuinhos, Marco Antônio Araújo. II. Universidade Estadual  
do Sudoeste da Bahia. III. T

CDD: 338.0913

**PERYCLES BORGES TUPY**

**UMA ANÁLISE DA INSERÇÃO REGIONAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA -  
BA À LUZ DAS TEORIAS DOS PÓLOS DE CRESCIMENTO**

Trabalho Monográfico apresentado ao Curso de  
Economia da Universidade Estadual do  
Sudoeste da Bahia como requisito para  
aprovação na disciplina Monografia II e  
obtenção do grau de bacharel em Economia.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Me. Marco Antônio Araújo Longuinhos

Orientador

---

Prof. Dr. Roberto Paulo Machado Lopes

Examinador

---

Prof. Me. Josias Alves de Jesus

Examinador

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a meus pais, Peryhélio e Lindinalva (em memória) por eu estar nesse mundo e por ter assim, a oportunidade de me tornar o ser humano que venho aprendendo a ser.

À minha esposa Adriana e a meus filhos Igor e Maria Luiza, por todo o amor, dedicação, conselhos, preocupações e sacrifícios que me permitiram cada conquista, cada momento de realização!

A todos os meus familiares pela torcida e apoio em todos os momentos, em especial à minha sogra, Marli, pelo carinho que sempre dedicou a mim.

Aos amigos e colegas, sobretudo os colegas da UESB.

Aos Professores Marco Antônio Longuinhos e Igor Tupy (filho) pela valiosa orientação e coorientação, pelos conselhos e direcionamentos sem os quais esta monografia não se tornaria viável.

À professora Andréa pela disponibilidade e suas valiosíssimas contribuições a este trabalho!

Muito Obrigado a todos vocês que muito contribuíram para a formação e para o enriquecimento do tenho me tornado pessoal e profissionalmente!

## RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em analisar a inserção regional de Vitória da Conquista e os impactos de sua dinâmica econômica sobre os municípios vizinhos. Neste aspecto, busca-se investigar se há transbordamentos da sua dinâmica econômica para seu entorno, entre os anos de 2000 e 2014, podendo caracterizá-la como um pólo de crescimento regional. O estudo se estrutura a partir das Teorias dos Pólos de Crescimento Econômico de Perroux e seus seguidores. Evidencia-se, por meio de uma análise exploratória, um crescimento acelerado do PIB no município, a partir de 2004, levando a um descolamento da trajetória de crescimento em relação às principais economias das mesorregiões Centro Sul e Sul da Bahia. Para entender a estrutura desse crescimento, empregou-se medidas de localização e especialização de economia regional para a variação do emprego no período de 2006 a 2014. Através do modelo estrutural diferencial, em uma tipologia de seis variações, buscou-se as fontes do crescimento da cidade. E, por fim, com a utilização de uma análise exploratória dos dados para as variáveis crescimento do produto e crescimento do emprego dos municípios baianos buscou-se a associação espacial do crescimento de Vitória da Conquista, de forma a investigar se esse padrão é compatível, ou não, com um pólo de crescimento. Os principais resultados mostram que para o período analisado, a estrutura setorial do emprego de Vitória da Conquista é similar à do estado da Bahia, o que evidencia que suas atividades econômicas parecem ser bastante diversificadas e relativamente bem distribuídas no espaço. Entretanto, a proporção do pessoal ocupado se concentra em cinco das 21 seções de atividades produtivas analisadas, onde o comércio representa 26,7% do total seus empregos. Além disso, a cidade apresentou baixos indícios de reestruturação produtiva para o período. A utilização do método diferencial estrutural evidenciou que o forte crescimento em Vitória da Conquista ocorreu porque a trajetória do crescimento dos setores em que ela é especializada acompanhou a trajetória de crescimento do estado, o que foi bastante potencializado por características específicas da economia local (diferenciais). A partir de uma análise exploratória de dados espaciais, confirmou-se que a dinâmica econômica de Vitória da Conquista não gera *spillovers* de crescimento ou transbordamentos no seu *hinterland*. Portanto, a economia Conquistense deve ser considerada um enclave, uma vez que apresenta um alto crescimento econômico que não se transborda no espaço *vis à vis* um entorno pouco dinâmico economicamente, no período analisado.

Palavras-chave: Pólo de crescimento. Vitória da Conquista. Estrutura produtiva.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1 – Tipologia de seis variações.....</b>	<b>44</b>
<b>Gráfico 1 – Evolução do PIB Real das Principais Economias do Sul e Centro Sul Baiano: 1999-2012 .....</b>	<b>52</b>
<b>Gráfico 2 – Curva de Especialização para as atividades econômicas de Vitória da Conquista (2014).....</b>	<b>56</b>
<b>Gráfico 3 – Estrutura Setorial, 2014: Vitória da Conquista x Bahia.....</b>	<b>57</b>
<b>Quadro 2 – Composição Estrutural-Diferencial do Emprego das cidades médias das mesorregiões Centro-Sul e Sul no período 2006-2014 – Base: tipologia das seis variações.....</b>	<b>59</b>
<b>Gráfico 4 – Gráficos Moran Scatterplot para as Taxas de Crescimento do Emprego e Produto nos Municípios da Bahia.....</b>	<b>63</b>
<b>Mapa 1 – Mapas de Cluster Espacial para o Crescimento do Emprego e Produto nos Municípios da Bahia. ....</b>	<b>64</b>
<b>Mapa 2 – Mapas de Cluster Espacial para o Crescimento do Produto nos Municípios da Bahia – Matriz de Distâncias .....</b>	<b>66</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 – Seções de Atividades com Especialização Produtiva (QL) de Vitória da Conquista no período 2006 – 2014.....</b>	<b>55</b>
<b>Tabela 2 - Composição Estrutural-Diferencial do Emprego das seções com taxa de crescimento positiva em Vitória da Conquista no período 2006-2014.....</b>	<b>61</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1. A CIDADE E OS PÓLOS DE CRESCIMENTO</b> .....	11
1.1. Noções de Economia Espacial e de Economia Regional.....	11
1.2. Pólos de Crescimento Regional .....	13
1.2.1. <i>Pólos de Crescimento</i> .....	13
1.2.2. <i>A cidade como pólo de crescimento</i> .....	21
<b>2. A ECONOMIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA</b> .....	26
<b>3. METODOLOGIA PARA A ANÁLISE DA INSERÇÃO REGIONAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA</b> .....	37
3.1. Fonte de Dados e Período de Análise .....	37
3.2. Métodos de Análise Descritiva.....	37
3.2.1. <i>Medidas de Localização e de Especialização</i> .....	37
3.2.2. <i>Análise Diferencial-Estrutural (Shift Share)</i> .....	42
3.3. Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) .....	45
<b>4. DISCUSSÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA E FONTES DE CRESCIMENTO À ASSOCIAÇÃO ESPACIAL DO CRESCIMENTO DE VITÓRIA DA CONQUISTA</b> ...	51
4.1. Análise Descritiva do Crescimento Econômico de Vitória da Conquista.....	51
4.1.1. <i>A Estrutura Produtiva de Vitória da Conquista</i> .....	52
4.1.2. <i>As Fontes do Crescimento de Vitória da Conquista</i> .....	58
4.2. Associação Espacial do Crescimento de Vitória da Conquista. ....	62
<b>CONCLUSÃO</b> .....	68
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	70

## INTRODUÇÃO

Vitória da Conquista se encontra no Estado da Bahia, na mesorregião Centro Sul, região Sudoeste e em uma microrregião com mesmo nome, das quais é a principal cidade em população e tamanho da economia. Possui uma população estimada pelo IBGE (2016) para o ano de 2016 de 346.069 habitantes, sendo a terceira mais populosa e a sexta maior economia do Estado.

O setor de serviços, que é bastante diversificado e complexo, é a principal atividade produtiva de Vitória da Conquista, tanto na quantidade de empregos quanto na sua participação majoritária no PIB do Município, de acordo com o capítulo 2. O comércio é a atividade com maior destaque no setor de serviços, seguido pelo serviço de saúde e a educação, conforme demonstrado no capítulo 4. Possui um parque industrial considerável e diversificado. Sua área de influência, principalmente no que se refere ao comércio, saúde e educação, abrange as mesorregiões Centro Sul e Sul baianas, além de parte do Norte e Nordeste do Estado de Minas Gerais.

A significativa área de sua influência e rapidez do seu crescimento populacional estimulam pessoas a considerarem Vitória da Conquista como um pólo regional. Além do reconhecimento histórico pela Prefeitura local, é de conhecimento de todo o Estado da Bahia e parte das regiões Norte e Nordeste do Estado de Minas Gerais, a expressão “Vitória da Conquista é um pólo regional”, o que se pode confirmar em pesquisas na internet a sites e blogs regionais.

Estudos acadêmicos como os de Lemos et al. (2003), Melo e Simões (2011), Andrade e Serra (2001), Lima e Lopes (2016), buscaram verificar a dinâmica econômica de Vitória da Conquista inclusive se pode ser considerada ou não um pólo de crescimento baseados em teorias de economia regional. Uma análise superficial com base em evidências empíricas, através de comparações entre o crescimento de Vitória da Conquista e das cidades no seu entorno, instigou a levantar as duas hipóteses a seguir: i) O crescimento econômico de Vitória da Conquista não tem desencadeado um crescimento econômico nas cidades em seu entorno; ii) Vitória da Conquista não pode ser considerada um pólo de crescimento, no sentido da teoria de Perroux e Boudeville. Assim, este estudo busca, a partir de uma análise no período compreendido entre 2000 e 2014, verificar se a cidade pode ser considerada um pólo de crescimento regional ao procurar responder o seguinte questionamento: a dinâmica econômica de Vitória da Conquista (BA) gera crescimento econômico no seu entorno?

O objetivo primordial desta monografia é verificar, sob a ótica das teorias de pólos de crescimento econômico, se a dinâmica econômica de Vitória da Conquista gera crescimento econômico em seu entorno e tem como objetivos secundários avaliar a sua inserção no contexto econômico regional; buscar identificar o seu raio de influência da atividade; e, analisar a existência de transbordamentos do crescimento econômico de Vitória da Conquista aos municípios e regiões vizinhas.

Além desta introdução, no primeiro capítulo desta monografia discute-se as teorias de polarização de François Perroux, Jacques Boudeville e J. Paelinck, bem como a inserção da cidade como um pólo de crescimento regional. No segundo capítulo, a evolução e dinâmica de Vitória da conquista será mostrada desde a sua fundação até a atualidade, com suas nuances históricas para auxiliar no conhecimento e na análise dessa dinâmica, bem como verificar se o crescimento econômico de Vitória da Conquista não tem desencadeado um crescimento econômico nas cidades em seu entorno e se essa cidade pode ou não ser considerada um pólo de crescimento, no sentido de Perroux e seus seguidores.

Para esta abordagem, a partir da metodologia deste trabalho constante no terceiro capítulo, as análises feitas no capítulo 4 partem da identificação de um fato: Vitória da Conquista cresceu aceleradamente nos últimos anos, sobretudo a partir de 2003/2004, se deslocando da trajetória de crescimento das outras cidades médias da região – particularmente Itabuna e Ilhéus – e se distanciando ainda mais das demais cidades, como Jequié. Desta constatação, esta monografia busca nos métodos tradicionais da análise regional responder ao questionamento sobre quais fatores explicam esse distanciamento. Para isso, busca respostas na estrutura produtiva da cidade, a partir de medidas como Quociente Locacional, Coeficiente de Especialização e Coeficiente de Reestruturação e uma análise a partir do Método de Decomposição Diferencial-Estrutural, ou *shift-share*. Com isso, verifica-se as fontes do crescimento de Vitória da Conquista.

Ainda no quarto capítulo, a partir de uma Análise Exploratória de Dados Espaciais, mostra-se o padrão de associação espacial do crescimento econômico em Vitória da Conquista, em relação ao crescimento dos municípios vizinhos. E, finalmente apresenta-se as conclusões consequentes deste trabalho monográfico.

## 1. A CIDADE E OS PÓLOS DE CRESCIMENTO

### 1.1. Noções de Economia Espacial e de Economia Regional

A Economia Espacial, segundo Ferreira (1989, p.47), visa “estudar os tipos específicos de atividades econômicas, suas localizações em relação a outras atividades econômicas”. Para realização da análise Espacial necessita-se de uma convenção de unidades básicas para uma observação adequada: a um nível macrogeográfico, que agregam uma maior quantidade de pontos do espaço geográfico-político-administrativo, forma, por exemplo, regiões ou áreas metropolitanas; a nível microgeográfico constituem zonas, áreas e locais específicos.

Para Friedman “a análise espacial são feitas duas distinções essenciais: a análise locacional e a análise regional” (FRIEDMAN 8:77 *apud* FERREIRA, 1989, p.47). Na análise regional, segundo Ferreira (1989), quando dentro de áreas geográficas, a preocupação é com agrupamentos ou aglomerações de atividades econômicas, sociais políticas e administrativas inter-relacionados e próximos formam subespaços contínuos do espaço nacional denominados regiões econômicas – admite-se que as regiões não são isoladas umas das outras e se influenciam reciprocamente,

[...] utiliza “recursos analíticos macroeconômicos” e métodos e modelos agregativos como, por exemplo, os multiplicadores de Kahn e Keynesianos de emprego e renda, as contribuições das teorias de desenvolvimento de Lewis, Myrdal, Furtado, Kaldor, entre várias outras contribuições da Economia. (FERREIRA, 1989, p.47-48).

Se a análise regional “trata de relações estruturais complexas dentro das regiões e entre as regiões” e “investiga padrões locacionais ou a organização das estruturas espaciais” (FERREIRA, 1989, p.48), a análise locacional diz respeito à decisão dos agentes econômicos de onde se localizar em um espelho geográfico contínuo para se obter eficiência econômica (custos mínimos, ou lucros, ou vantagens máximas) de uma unidade de agentes econômicos (seja esta unidade empresa privada ou pública, famílias ou decisores econômicos governamentais de diversas esferas de governo). “A análise locacional é microeconômica” e se utiliza das contribuições teóricas marginalistas convencionais [...]” (FERREIRA, 1989, p.48).

Economia Regional do ponto de vista econômico é “o estudo da diferenciação e inter-relação de áreas num universo de recursos desigualmente distribuídos e imperfeitamente móveis” (DUBEY, 1977, p.25). O autor continua que, pode derivar desta definição uma crítica de que ela não é suficientemente enfática, na “orientação pragmática”, para se resolver

problemas de Economia Regional, particularmente, de Economia Urbana. Para corrigir tal lacuna se propõe a seguinte definição:

A Economia Regional é, portanto, o estudo, do ponto de vista econômico, da diferenciação e inter-relação de áreas num universo de recursos desigualmente distribuídos e imperfeitamente móveis, *com ênfase especial na aplicação de planejamento dos investimentos de capital social para mitigar os problemas sociais criados por estas circunstâncias*. (DUBEY, 1977, p.26, grifo do autor).

A justificativa definitiva para a existência da Economia Regional se deriva de três fatos relativos à existência humana, que, segundo Dubey (1977), são na sua essência fundamentais e ubíquos: a separação espacial, a distribuição desigual de recursos, a inexistência da perfeita mobilidade e a necessidade de economizar.

Meados dos anos 1970 constitui um marco temporal, de acordo com Diniz e Crocco (2006), no que diz respeito às concepções teóricas de desenvolvimento regional e nas consequentes políticas de desenvolvimento regional e urbano daí derivadas. Até este período as políticas regionais eram centradas na estrutura *Top-Down* (de cima para baixo), caracterizadas como políticas Keynesianas, com ênfase na demanda e na correção das disparidade inter-regionais. A partir deste marco as políticas regionais passam a se centrar na estrutura *Botton-up* (de baixo para cima), denominadas políticas de enfoque na competitividade, caracterizadas pela descentralização e focadas na produtividade endógena das economias regionais e locais. Essa mudança de concepção de política regional, segundo os autores, é uma variada quantidade de fatores que podem ser sintetizados em três grandes blocos: i) mudanças teóricas e ideológicas na concepção e no papel do Estado, criticando sua intervenção excessiva e advogando a retirada dessa intervenção; ii) críticas teóricas e empíricas ao pequeno alcance social das políticas regionais, resgatando a questão das classes sociais nos padrões de desenvolvimento capitalista; e iii) desafios dos novos fenômenos não explicados nos itens anteriores, como os processos de desindustrialização e crise dos padrões fordistas de organização produtiva, as mudanças na divisão internacional do trabalho, de novos padrões tecnológicos e novas regiões produtivas, etc.

Na concepção de Diniz e Crocco (2006, p.29) “a teoria do desenvolvimento regional e urbano permite-nos identificar um conjunto de caminhos para a promoção do desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas e para uma melhor estruturação e reordenação do território brasileiro”. Para Diniz e Crocco (2006), a institucionalização das instâncias em todos os níveis de governança e coordenação é fundamental, principalmente na gestão metropolitana e para as mesorregiões; pois, no sentido da visão da teoria do

desenvolvimento regional e urbano, explicitada pelos autores, as políticas deveriam ser guiadas pela intencionalidade da estrutura urbana que se quer construir, isto é, as políticas deveriam se iniciar “da concepção de que o urbano estrutura o espaço.” (DINIZ; CROCCO, 2006, p.29).

Existe uma ampla gama de técnicas e métodos de análise da economia regional e urbana nos dias de hoje, conforme Diniz e Crocco (2006), as quais permitem avaliar e simular as tendências, os impactos e resultados de forma crescentemente confiável e rápida. Para os autores, em relação às técnicas e métodos de análises da economia regional existem: i) as técnicas e métodos conhecidos como as medidas de localização e especialização, as medidas de crescimento diferencial e estrutural, os modelos de insumo-produto e de equilíbrio geral computável; ii) a digitalização das bases estatísticas e cartográficas que facilita o trabalho de coleta e apresentação das informações e dos resultados; e iii) as novas técnicas de econometria espacial e as análises multivariadas.

Esse conjunto de métodos e técnicas dá condições de suporte aos estudos e às políticas de desenvolvimento regional, e assim, permitir “combinar a avaliação dos objetivos e resultados econômicos, sociais, geopolíticos e ambientais de forma conjunta ou inter-relacionada.” (DINIZ; CROCCO, 2006, p.29). Os autores ressaltam que existe uma grande deficiência relacionada com a ausência de censos econômicos nas últimas décadas, através dos quais seria possível comparações sistemáticas e abrangentes entre as várias parcelas do território nacional, além da “ainda maior deficiência das bases estatísticas e de sua interpretação para a crescente parcela da renda gerada e a ocupação no chamado setor de serviços” (DINIZ; CROCCO, 2006, p.29).

Existem várias vertentes de estudo para a Economia Regional, dentre as quais está o estudo da dinâmica econômica regional. Segundo Lima e Simões (2009), algumas das principais teorias e seus estudiosos da dinâmica econômica regional são as seguintes: teoria dos pólos de crescimento, de François Perroux, Jaques R. Bouderville e seus seguidores, que se constitui na base teórica para esta monografia e que será detalhada adiante; o desenvolvimento econômico e o processo de causação circular cumulativa, de Gunnar Myrdal; desenvolvimento desigual e transmissão inter-regional do crescimento, de Albert O. Hirschman e; a teoria da base de exportação, de Douglas C. North.

## **1.2. Pólos de Crescimento Regional**

### *1.2.1. Pólos de Crescimento*

A Teoria de Polarização desenvolvida por François Perroux e seus colaboradores, para Tolosa (1974) e Simões (2003), surgiu como tentativa de responder aos problemas criados por desequilíbrios setoriais/espaciais oriundos do desenvolvimento/subdesenvolvimento econômico, cuja maior contribuição consiste em estabelecer uma estratégia que eliminasse o dualismo econômico centro-periferia. Essa estratégia se baseia na ideia central de concentração de recursos em pontos discretos do espaço e assim analisar complexos industriais interdependentes ou sistemas de centros urbanos. De acordo com Tolosa (1974), a teoria procura explicar o comportamento dos mercados não competitivos e de todos os agentes que tomam decisões econômicas nesses mercados.

Manuel C. Andrade (1970) se manifesta sobre o desenvolvimento da teoria dos pólos de crescimento por François Perroux:

Teoria segundo a qual o crescimento econômico não se faz de forma difusa por todo o espaço de um país, ou cobrindo as várias partes de uma região, mas se manifesta em certos pontos, a que o ilustre economista chama de pólos de crescimento, com intensidades variáveis, daí se expandindo por diversos canais com efeitos terminais variáveis sobre o conjunto da economia. (ANDRADE, 1970, p.60).

O conceito de pólo de crescimento de Perroux trata de um conjunto de ideias que, segundo Araújo (1977), “fornecem uma interpretação espacial do crescimento econômico e sugerem estratégias para o desenvolvimento de regiões deprimidas e para a construção de sistemas urbanos” (ARAÚJO, 1977, p.139), que Perroux a partir de 1955 adapta a economia regional, utilizando a expressão “*pôle de croissance*”, em consonância com uma nova terminologia por ele adotada. Para Perroux, segundo Andrade (1970), o crescimento existe apenas quando há um aumento do produto global e conseqüentemente da renda *per capita*.

Perroux (1977) define assim o crescimento de uma economia:

O fato, rude mas verdadeiro, é o seguinte: o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou pólos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia. (PERROUX, 1977, p.146).

Conforme Andrade (1970), Perroux distingue o significado de crescimento e desenvolvimento. Para ele o desenvolvimento “é a combinação das transformações de ordem mental e social duma população que lhe possibilitam o aumento cumulativo e doradoiro de seu produto real global.” (PERROUX, 1967, p.179). De acordo com Perroux (1967), o pólo de crescimento não se identifica com o pólo de desenvolvimento, isto é, pólo de crescimento é distinto de pólo de desenvolvimento..

A análise de pólos de crescimento se refere à capacidade de “um conjunto de indústrias”, através da expansão de suas atividades, irradiar os efeitos diretos e indiretos dos benefícios dessa expansão, de acordo com Simões (2003, p.35). Explica pólo de crescimento “como o conjunto de unidades motrizes capazes de influenciar seu *hinterland*<sup>1</sup> imediato e mesmo seu entorno ampliado” (SIMÕES, 2003, p. 35) e nas palavras de Perroux “Pólo de crescimento é uma unidade motriz dum meio determinado” (PERROUX, 1967, p.271). O autor escreve que o requerimento da espacialização desse conjunto de unidades motrizes, i.e, do pólo de crescimento decorre deste argumento. Segundo Tolosa (1974), unidade dominante ou motriz, para Perroux, pode ser uma firma, uma indústria, complexo industrial, qualquer grupo social ou econômico ou mesmo um país ou conjunto de países.

Os pólos de desenvolvimento teorizados por Perroux são, para Leite (2012), os pólos que conduzem a modificações de estrutura da região polarizada e que abrangem a população dessa região. De acordo com Andrade (1970), a distinção entre o pólo de desenvolvimento e o pólo de crescimento é que o primeiro é um pólo desejado. Continua o autor explicando que, para Perroux, o pólo de desenvolvimento está ligado à sua região pelos canais por onde se propagam os preços, os fluxos e as antecipações. Segundo Perroux, o pólo de desenvolvimento não existe como uma unidade isolada e “só tem valor a partir do momento em que se torna instrumento de análise rigorosa e meio de acção duma política.” (PERROUX, 1967, p.192).

De acordo com Leite (2012), as economias se desenvolvem, para Perroux, de modo concentrado, em poucas regiões ou cidades para onde todos os recursos de influência são dirigidos, isto é, cumulativamente, o processo de desenvolvimento tem base espacial nos centros mais desenvolvidos. Esses centros – núcleos de irradiação de inovações –, quando são dinâmicos ou polarizadores, formam seu próprio sistema gravitacional cuja delimitação geográfica depende da intensidade e natureza dos fluxos econômicos, políticos e sociais que serão realizados em áreas que são influenciadas por eles, que são denominadas de periferias.

Entre os centros e as periferias, segundo o autor supracitado, configuram duas principais relações que são: i) a drenagem de recursos da periferia para os centros; e, ii) a difusão das inovações e do desenvolvimento dos centros dinâmicos para a periferia, o que ocorre em menor intensidade que a primeira relação (as drenagens das periferias são maiores que a difusão das inovações).

Perroux, em uma reformulação da noção de espaço, distingue espaço geoeconômico de espaço econômico, conforme Tolosa (1974). O primeiro examina e descreve o

---

<sup>1</sup> Interior (Região)

relacionamento e distribuição das atividades econômicas no espaço geográfico e correspondem à noção matemática de espaço euclidiano, isto é “essas atividades podem ser localizadas através de suas coordenadas de latitude e longitude, [...], onde pontos, linhas e volumes são referidos a um sistema de coordenadas” (TOLOSA, 1974, p.193).

Já no espaço econômico o centro de decisões ou fábricas de uma firma pode se localizar em um ou mais centros urbanos e a produção estar contida em outra determinada região geográfica. Para Perroux, segundo Tolosa (1974), o espaço econômico é a noção abstrata de espaço matemático definido por um conjunto de propriedades que é independente de qualquer sistema de coordenadas e pode ser classificado da seguinte forma: i) espaço econômico definido como um agregado homogêneo ii) espaço econômico definido como um campo de forças ou relações funcionais ou polarizado; e, iii) espaço econômico definido como um plano ou programa. Leite explica que “os espaços econômicos, desse modo, são “abstratos” e não envolvem diretamente a localização no sentido geográfico de um ponto” (LEITE, 2012, p.232). Já para Ferreira, “ as regiões são subespaços desses espaços abstratos ou espaços ‘não-localizados’, isto é, sem corresponderem a áreas geográficas pré-determinadas” (FERREIRA, 1991, p.7). “[...] Nos espaços abstratos, as regiões constituem pontos contínuos e contíguos. O espaço, por outro lado, se compõe de conjuntos de regiões.” (FERREIRA, 1991, p.7). De acordo com Andrade (1970), para Perroux, partindo do conceito econômico do espaço, conseqüentemente se chega aos três tipos de regiões econômicas: a) a região plano; b) a região polarizada; e c) a região homogênea.

De acordo com Boudeville (1961, apud ANDRADE, 1970), discípulo de Perroux, a região homogênea corresponde ao espaço contínuo onde as partes que o compõe, individualmente apresenta características que a aproximam uma das outras. Para Boudeville (1973, apud LEITE, 2012), as características eram semelhantes de densidade e estrutura da população, nível de renda, atividades industriais e agrícolas. Seguindo a teoria de Boudeville, Leite explica que “a estrutura econômica desses espaços homogêneos se identifica com regiões monocultoras agrícolas ou regiões industriais monolíticas” (LEITE, 2012, p.230)

Já a região polarizada, para Boudeville (1961, apud ANDRADE, 1970), resulta da interdependência que existe entre várias áreas, às vezes pertencentes a regiões homogêneas diferentes por causa da irradiação de influência comercial das aglomerações urbanas. A formação de áreas de influência é provocada pelas transações comerciais que a cidade realiza com as áreas rurais que geram, conseqüentemente, o poder de atração das cidades sobre as áreas que as cercam. “O poder de atração que uma cidade exerce em torno da área que a cerca,

consequente das transações comerciais que realiza com as áreas rurais, provoca a formação de áreas de influência, e em consequência, regiões polarizadas” (ANDRADE,1970, p.44). De acordo com Leite (2012), para Boudeville, a região polarizada não tem limites precisos como a região homogênea, é o centro da irradiação, e, os espaços polarizados são possuidores de uma hierarquia correspondente aos bens produzidos nessa região e de acordo com a diversidade de sua especialização ou de suas funções.

Na visão de Boudeville a definição do espaço plano ou programa é uma seleção de meios disponíveis para um fim previsto em um prazo concreto, em um espaço geográfico determinado de acordo com Leite (2012). A região plano “Não coincide necessariamente com a região polarizada. Ao contrário tem como vocação a criação de regiões polarizadas novas de um rendimento econômico superior às antigas”. (BOUDEVILLE, 1966 apud LEITE 2012, p.231). “A região polarizada é integrada, sem ser uma autarquia” (BOUDEVILLE, 1973, p.14 apud LEITE, 2012, p.231).

A ideia que interessa precipuamente é a do espaço polarizado, que são aqueles centros (polos ou sedes) dos quais emanam forças centrífugas, conforme Simões (2003) e Tolosa (1974) – que afastam do pólo, diminuindo seu poder de atração e para os quais forças centrípeta são atraídas – que fazem convergir para o pólo. De acordo com Andrade (1970), o pólo precisa acelerar a sua força centrípeta, de atração, para ser formado e para ampliar a sua região, e assim, reduzir a ação das forças centrífugas. Quando o pólo perde dinamicidade, a sua influência se faz sentir em menor intensidade nas áreas marginais que serão deslocadas pela força centrífuga para os pólos vizinhos (concorrentes). “Cada centro tem seu próprio campo, que é invalidado pelos campos de outros centros” (LIMA; SIMÕES, 2009, p.7). A empresa atrai ou repele ao seu espaço topográfico elementos econômicos (homens e coisas) determinando sua zona de influência econômica independente de sua zona de influência no espaço vulgar.

Ferreira (1991), explana como a ideia de especialização regional está implícita no conceito de região polarizada:

Implícita no conceito de região polarizada está a idéia de especialização regional. Uma vez que cada região se especializa em produzir um certo conjunto de bens e serviços, ela passa a depender, a inter-relacionar-se, com outras regiões para abastecer-se dos demais bens e serviços. Este é o princípio básico que rege a cadeia de pressupostos que constitui uma propriedade essencial do espaço econômico perrouxiano, ou seja, dominação-inação-heterogeneidade-assimetria-desigualdade-hierarquia. (FERREIRA, 1991, p.12)

As unidades motrizes formam um espaço polarizado e se inter-relacionam em um sistema de preços, fluxos e antecipações de investimentos e de demanda, explica Tolosa

(1974). Através desse sistema, cada unidade motriz transmite sua “influência desequilibrante” (TOLOSA, 1974, p.196) à sua respectiva área de influência. Para o autor, a principal função de uma indústria motriz é gerar ou produzir economias externas, sejam tecnológicas e pecuniárias, mas pode não causar, necessariamente, concentração geográfica ou atrair outras indústrias a cada uma das suas diferentes localizações.

Suponha-se agora que seja possível identificar, de acordo com algum critério, uma área ou região de influência de cada pólo. Cada ponto integrante dessa região polarizada tem a propriedade de manter um maior volume de transações com aquele pólo do que com qualquer outro da mesma ordem no sistema. A região polarizada de uma dada ordem hierárquica contém certo número de regiões polarizadas de ordens inferiores, sendo este número tanto maior quanto mais alta for a ordem do pólo em questão. (TOLOSA, 1974, p.196).

Tolosa (1974) define as relações de crescimento de um pólo da seguinte forma:

Os centros ou vértices (aglomerações urbanas) componentes de um espaço geoeconômico e os fluxos econômicos e de informações que descrevem as inter-relações funcionais entre esses centros podem ser interpretados como um sistema de forças. Neste contexto, um vértice deste sistema de fluxos constitui-se em um pólo de crescimento desde que a sua taxa de crescimento, num dado período de tempo, seja superior à taxa média de crescimento do conjunto dos demais vértices integrantes do espaço. (TOLOSA, 1974, p.207,208).

Para Perroux, uma indústria motriz, possui três características principais, segundo Tolosa (1974): primeiro, possui grande porte, deste modo, suas decisões tendem a causar um grande impacto na área; segundo, a indústria motriz apresenta uma taxa de crescimento superior à média regional; e, finalmente, a indústria motriz caracteriza-se por uma forte interdependência técnica, ou *linkages*<sup>2</sup>, com uma gama diferenciada de outras indústrias, de modo a formar um complexo industrial. A indústria motriz tem a sua influência dividida, basicamente, em efeitos sobre a estrutura de produção e efeitos sobre a demanda ou mercado.

O crescimento da indústria motriz, do lado da demanda, afeta, através da renda regional, a estrutura da população, bem como as instituições se alteram para se ajustarem à elevação do nível de bem-estar geral. Segundo Tolosa (1974), os aumentos da renda em geral provocam um aumento na propensão a poupar e uma diminuição correspondente na propensão a consumir.

Do lado da oferta, para Perroux, de acordo com Simões (2003 e Tolosa (1974), os efeitos são de forma explícita:

---

<sup>2</sup> Conexão, ligação, vínculo, efeito técnico para frente e para trás.

- a) Efeitos de aglomeração: que são obtidos com redução de custos provocados por economia de escala interna e externa. Esta redução espalha-se pela região gerando “uma cadeia de lucros acrescidos” (TOLOSA, 1974, p.198) e expansão dos investimentos. Esses efeitos estão relacionados às chamadas economias de urbanização, i.e., custos públicos médios reduzidos.
- b) Efeitos tecnológicos: que expressam as relações técnicas (*linkages*) de compra e venda entre as indústrias e segundo Tolosa (1974) têm papel relevante na indução e criação de novas indústrias. “Tanto a nível nacional como regional esses efeitos induzidos podem refletir-se em um aumento de importações em substituição a um acréscimo da produção doméstica” (TOLOSA, 1974, p.198).
- c) Efeitos de junção (*jonction*) ou transporte: dizem respeito aos investimentos destinados a expandir, em resposta à atuação da indústria motriz, a capacidade da rede de transporte. Tolosa (1974) discorre que esses efeitos poderiam ser incluídos como parte dos efeitos tecnológicos, mas pela sua importância, Perroux prefere tratá-los separadamente. “(...) enquanto todos os demais efeitos são definidos num espaço polarizado abstrato, os efeitos de junção são necessariamente definidos num espaço geoeconômico.” (TOLOSA, 1974, p.199).

Perroux introduz as noções de zonas de desenvolvimento, eixos de desenvolvimento e pontos de desenvolvimento, conforme Tolosa (1974), com o objetivo de estudar a interdependência entre diferentes pólos. A zona de desenvolvimento para Perroux é um conjunto ou aglomerado de pólos de crescimento e suas respectivas regiões polarizadas. Assim, Perroux descreve zonas de desenvolvimento:

Aproximamo-nos assim dos casos reais em que, em territórios diferentemente desenvolvidos e não apenas em países de crescimento muito retardado os grandes grupos de interesses do século XX, os *banques d'affaires* aliados a indústrias e apoiados em administrações implantam conjuntos industriais, isto é, combinações conscientemente construídas de estabelecimentos ou empresas que desempenham várias funções económicas conexas entre si. Através dos seus efeitos de complementariedade e de concentração, estes conjuntos industriais suscitam a criação de *zonas de desenvolvimento*. (PERROUX, 1967, p.207).

E, eixos de desenvolvimento:

Em qualquer sistema capitalista ou não, se observa que, sem fugir ao <<problema Alfred Weber>>, os responsáveis pela atividade económica concebem *eixos de desenvolvimento* entre os pólos situados em pontos diferentes do território. (...) A construção destes eixos de desenvolvimento, que podem consistir em conjuntos complexos de atividades e não apenas numa via de transportes, implica orientações determinadas e duradouras de

desenvolvimento territorial e depende sobretudo da capacidade de investimento adicional. (PERROUX, 1967, p.207-208).

Já sobre os pontos de desenvolvimento, Perroux escreve: “escolhemos este termo para afastar qualquer discussão terminológica; nele se englobam pólos de desenvolvimento (unidades simples ou complexas), zonas de desenvolvimento e eixos de desenvolvimento.” (PERROUX, 1967, p.289-290).

Segundo Araújo (1977), J. Paelinck, um dos seguidores de Perroux, aceita as premissas básicas da teoria de pólos de crescimento e concentra seus estudos nas implicações setoriais de uma política de criação de pólos de crescimento. Seu estudo procura dar concreção à teoria ao mesmo tempo que clareia a influência das relações interindustriais, possibilitando a utilização de técnicas de insumo-produto e a quantificação se torna possível e obrigatória. Segundo Simões (2003), Paelinck “trabalha a ideia de polarização afirmando que uma forte interdependência técnica é condição necessária, porém não suficiente para o sucesso de uma política de incentivo à criação de pólos de crescimento” (SIMÕES, 2003, p.38). Para o autor, Paelinck ainda considera os efeitos sociais geográficos e até psicológicos na sua ideia de polarização. Para Paelinck, a definição de pólo de crescimento:

“constitui um pólo de crescimento uma indústria que, pelos fluxos de produtos e de rendas que pode gerar, condiciona a expansão e o crescimento de indústrias tecnicamente ligadas à ela (*polarização técnica*), determina a prosperidade do setor terciário, por meio das rendas que gera (*polarização de rendas*), e produz um aumento de renda regional, graças à concentração de novas atividades numa zona determinada, mediante a perspectiva de poder dispor de certos fatores de produção existentes nessa zona (*polarização psicológica e geográfica*).” (PAELINCK, 1977, p.163).

O principal problema das Teorias da Polarização como estratégia de desenvolvimento e de mitigação de desequilíbrios regionais que se apresenta, de acordo com Simões (2003), é na conjugação das características de mecanismo de polarização elencadas por Paelinck: i) técnica: se refere a economias externas causadas pela existência de *linkages* setoriais; ii) rendas: aplicada via multiplicador Keynesiano; iii) psicológica ou psico-social: através de efeito demonstração nas decisões, principalmente de investir; e, iv) geográfico: de como a organização espacial das atividades econômicas é condicionada e influenciada pela polarização.

Os dois aspectos que condicionam, basicamente, o crescimento regional, para Paelinck (1977), são: i) a intensidade dos fluxos de rendas pessoais e; ii) a intensidade das relações técnicas e comerciais entre empresas localizadas na região. O autor afirma que somente o segundo aspecto pode ser considerado o verdadeiro fator capaz de desencadear o crescimento

e assegurar uma forma de desenvolvimento superior àquela que pode ser alcançado por um pólo de crescimento potencial que, segundo o mesmo, trabalha para a exportação.

De acordo com Paelinck (1977), o desenvolvimento das atividades econômicas tradicionais de uma região pode ser o pilar do aumento do bem-estar da população dessa região. Mas, se a taxa de crescimento das atividades regionais não for relativamente elevada, o vazamento de rendas para fora da região e a insuficiência das rendas oriundas das atividades intersetoriais - atividades secundárias e terciárias - serão um obstáculo ao desenvolvimento do bem-estar regional.

### 1.2.2. A cidade como pólo de crescimento

Com a publicação de *Note sur la Ville considérée comme Pôle de développement et comme Foyer du Progrès* em 1967, de acordo com Simões (2003), Perroux “passa a se interessar pela relação entre pólos de crescimento e centros urbanos, procurando verificar quais as implicações de se considerar uma cidade como pólo”. (SIMÕES, 2003, p.35).

Conforme Tolosa (1974), com referência ao papel exercido pelas cidades Perroux é do seguinte entendimento: “a cidade é um pólo de desenvolvimento complexo uma vez que conjuga uma rede (*Network*) de unidades de rendimentos crescentes de escala e economias externas... A cidade exerce um efeito assimétrico sobre centros de ordem inferior e sobre o meio rural” (PERROUX, 1967 *apud* TOLOSA, 1974, p.201). Perroux define, segundo Simões (2003), duas funções urbanas fundamentais, a partir da admissão que a cidade exerce um efeito assimétrico sobre os centros urbanos de ordem inferior – proporcional à distância e à diferença de ordens hierárquicas -, a saber: i) centro industrial que através da ligação com a produção de insumos, implementos agrícolas e exploração de recursos naturais impacta fortemente a agricultura e outras atividades primárias; ii) entroncamento de fluxos de informações e fluxos monetários, que se caracteriza como centro de atividades terciárias, intermediação financeira e serviços públicos.

A cidade ser um entroncamento de fluxos de informações e monetários é, conforme Tolosa (1974), distinção de Perroux para a importância das inovações de teoria de crescimento, em que tais fluxos demonstram que as cidades têm uma tendência a serem centros de atividades terciárias, “não obstante, a teoria de pólos de crescimento não é uma teoria de Lugares Centrais (*Central Places*)” (TOLOSA, 1974, p.201). Para o autor, se existe crescimento em um pólo, haverá uma importância na mesma proporção das atividades terciárias e o pólo alcançará níveis avançados de desenvolvimento, tendendo a atuar como um lugar central.

É possível surgir um pólo em determinada região, que frequentemente é subdesenvolvida, que se desenvolve à custa da região sem retribuir em recursos as riquezas que tira dela. De acordo com Andrade (1970), existem situações em que pólos que tiveram função dinâmica no passado, e que no momento esteja com seu dinamismo estacionado, passam a sugar a sua região. O autor diz que essa situação ocorre com frequência em cidades onde a atividade é predominantemente mercantil comandada por mercados extrarregionais e mesmo extranacionais, que resulta em estruturas econômico-sociais arcaicas, estagnadas ou retardadas, características do subdesenvolvimento. A cidade drena a região e o espaço agrário bem mais que o irriga. É a região definindo e beneficiando o centro urbano, sendo sugada sem compensação. É a existência de pólos de subdesenvolvimento ao lado de pólos de desenvolvimento.

Conforme Lemos, et al. (2003)

Perroux (1961) contribui para desenvolver o conceito de polarização de um lugar central, subjacente à idéia de região. Ele define espaço por sua natureza “econômica” e posição de força ou dominância. Ou seja, a hierarquia urbana é replicada no espaço como um processo de dominação econômica entre regiões, que resulta na existência de localidades-pólos e áreas dominadas, embora sua noção de espaço econômico não seja necessariamente contínuo. (LEMOS et al. 2003, p.669).

Segundo Simões (2003), Boudeville define pólo de crescimento regional como “(...) um conjunto de indústria em expansão numa determinada área urbana e com a propriedade de induzir o desenvolvimento de atividades econômicas na sua área de influência” (BOUDEVILLE, 1969 apud SIMÕES, 2003, p.37) na procura de operacionalizar a relação entre pólo e centro urbano. Em conformidade com Simões (2003) ao consideramos área urbana como o lugar privilegiado para acumulação de capital onde estão garantidas as condições gerais de produção e reprodução de capital e da força de trabalho, a partir da afirmação de Boudeville que o pólo se concretiza quando consegue induzir novas atividades na sua área de influência é possível admitir que sua definição “propõe a completa materialização do conceito de polarização” (Simões (2003, p.37).

Desta definição subsistem duas noções fundamentais para o entendimento da polarização quais sejam, a noção de interdependência, relacionada a fluxos de bens capital e de pessoas; e a noção de hierarquia, relacionada a estoque, i.e., à conformação de um gradiente de rendas urbanas e um sistema de cidades com pólos de grandezas diferenciadas que conformam uma divisão social e espacial do trabalho. Mais que isto, Boudeville permite sair da concepção original perrouxiana de polarização induzida por uma indústria motriz – conceito por definição a-espacial – passando para o entendimento, conceitualmente consistente, de pólo econômico como núcleo urbano. (SIMÕES, 2003, p.37).

Como descrito anteriormente, segundo Andrade (1970), para Boudeville a formação de áreas de influências provocada pelas transações comerciais realizadas pela cidade com as áreas rurais geram, conseqüentemente, o poder de atração da cidade sobre as áreas que a cercam, isto é, a formação de sua área de influência, e assim, as regiões polarizadas.

Baseando-se nas ideias de Perroux e Boudeville, para Andrade (1970), admite-se três tipos de pólos quanto à escala:

- a) o pólo-nação: ligado à teoria da economia dominante, onde, segundo Perroux, os fatos econômicos não se enquadram bem no espaço político do Estado em que ocorre, podendo expandir ou comprimir a fronteira do mesmo. Os países podem ser classificados pela pujança de sua economia em países foco, pela importância dominante de sua economia e países satélites, pela dependência econômica que se encontram. “A área de influência de um país-foco não está apenas na dependência da distância, mas também dos tentáculos que o país-foco lança pelo mundo através de suas grandes companhias, o emprego de seus capitais.” (ANDRADE, 1970, p.66).
- b) o pólo-região: é aquele dentro de um país que exerce uma grande influência sobre o território do país onde está inserido e ainda se expande para outros países;
- c) o pólo-cidade: é aquele em escala regional e é apresentado sempre por uma cidade. Nesse caso existe uma grande variação da importância das cidades, o tamanho da sua influência, isto é, a extensão da área por ela polarizada.

Para Perroux os pólos de crescimento podem ocorrer, segundo Tolosa (1974), a nível internacional, nacional ou subnacional. A partir do exemplo que o Ruhr é um pólo para o Mercado Comum Europeu e que o eixo Rio-São Paulo é um pólo de primeira grandeza para o Brasil, o autor mostra que essas considerações indicam que pólo de crescimento sempre é definido em relação a um espaço ou região de referência.

Para fins de seleção de pólos e sua posterior implementação, cuja propriedade consiste em interpretar o pólo como uma região nodal<sup>3</sup> com propriedades especiais de crescimento, Tolosa (1974) apresenta as definições a seguir:

Os centros ou vértices (aglomerações urbanas) componentes de um espaço geoeconômico e os fluxos econômicos e de informações que descrevem as inter-relações funcionais entre esses centros podem ser interpretados como um sistema de forças. Nesse contexto, um vértice deste sistema de fluxos constitui-se em um *pólo de crescimento* desde que a sua taxa de crescimento, num dado período de tempo, seja superior à taxa média de crescimento do

---

<sup>3</sup> Região homogênea com respeito à sua estrutura e organização internas.

conjunto dos demais vértices integrantes do espaço. Um sistema de *pólos de crescimento* consiste numa coleção de pólos ordenados hierarquicamente. Por sua vez, a *região polarizada* por um centro é definida como o conjunto de todos os vértices com um maior volume de transações com aquele pólo do que com os demais pólos da mesma ordem no sistema. (TOLOSA, 1974, p.207,208).

Com relação às definições acima, para Tolosa (1974), sua principal desvantagem é não identificar explicitamente nas unidades motrizes as causas de concentração e crescimento, mas o enfoque nas taxas de crescimento parece apropriado para aplicações em países em desenvolvimento. Esses países têm sua estrutura espacial caracterizada pela existência de uma ou duas cidades de grande porte dominando um infinidade de centros de pequeno porte, não observando a existência de cidades de tamanho intermediário. Com o desenvolvimento, surgem um número crescente de cidades de tamanho médio, que tendem a terem uma estrutura de produção progressivamente especializada.

Arbitrariamente os estudos empíricos estabelecem o tamanho mínimo de pólos por quantidade de habitantes, em 200.000 habitantes, critério, para Tolosa (1974) bastante simplista como característica da importância relativa de uma cidade ou pólo. Deveriam ser incluídos fatores na hierarquia urbana tais como tamanho e composição da população urbana, estrutura industrial, magnitude e distribuição de renda urbana, influência quantitativa e qualitativa sobre a respectiva região polarizada.

Pereira e Lemos (2004) definem o tamanho ideal da cidade média no Brasil:

No intuito de operacionalizar a definição de cidade média propõe-se como critério o tamanho da população, entre 100 mil e 500 mil habitantes. Esta parametrização é capaz de englobar centros os quais já possuem escala urbana de atividades econômicas que pode gerar economias de aglomeração, mas não são significativamente afetados por deseconomias de aglomeração. Assim, é definido como cidades de porte médio aquelas com população urbana de 100 a 500 mil habitantes no Censo demográfico de 1991. (PEREIRA; LEMOS, 2004, p.8).

As cidades médias devem ser classificadas, para Pereira e Lemos (2004), devido às suas funções econômicas completamente dinâmicas desiguais, como:

- a) Cidades médias metropolitanas; onde os núcleos de base industrial se expandem para o seu entorno, provocados pelo surgimento de deseconomias de aglomerações significativas na cidade pólo. Ex: Os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo onde cidades médias no entorno das capitais que passam a crescer mais rapidamente que elas.
- b) Cidades médias capitais de estado: relacionadas com a função administrativa que exercem devido à capacidade do setor público prover serviços e infra estrutura urbana além de incentivos fiscais e creditícios. Ex: Capitais de estados das regiões mais

atrasadas e de estados menos desenvolvidos do Sul e Sudeste, com Macapá, Porto Velho, Vitória e Florianópolis.

- c) Cidades médias em eixos de transporte: oriundas da expansão das vias de comunicação e implantação de transporte que possibilitaram o crescimento de centros urbanos existentes ao longo do eixo de ligação com as metrópoles. A dinâmica de crescimento/desenvolvimento é devido às deseconomias de aglomeração nas metrópoles e economia de aglomeração significativas neste centros. Ex: No vale do Paraíba, as cidades de São José dos Campos e Barra Mansa, na ligação Rio-Bahia, Teófilo Otoni e Jequié, entre outras.
- d) Cidades médias oriundas do processo de interiorização alavancado após a construção de Brasília.

Foi criado em 1975, dentro do II PND, o Programa para Cidades de Porte Médio (CPM/Normal) , segundo Steinberger e Bruna (2001), cuja hipótese escolhida foi a da concentração regional com contenção das metrópoles nacionais e reforço das cidades de porte médio. Para o Nordeste, a estratégia regional era priorizar o crescimento das atividades produtivas e melhoria da infraestrutura e dos equipamentos sociais nas capitais do Estado e nos pólos secundários regionais, além de dinamização de núcleos urbanos regionais que exercessem ou viessem a exercer função de polarização ou desenvolvimento regional. Uma das cidades selecionadas e que foi beneficiada pelo programa foi a cidade de Vitória da Conquista, que vem sendo analisada ao longo do tempo, a partir da década de 1970, em estudos que envolvem as teorias de desenvolvimento regional para as cidades brasileiras e nordestinas. Neste trabalho, Vitória da Conquista será o foco do estudo e deverá ser analisada, à luz das teorias de Perroux e seus seguidores, como um ponto de desenvolvimento e/ou uma cidade média em eixos de transporte por está localizada no cruzamento de eixos de desenvolvimento, de acordo com Pereira e Lemos (2004).

## 2. A ECONOMIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

O município de Vitória da Conquista, segundo o IBGE (2016), tem uma área territorial de 3.704,018 Km<sup>2</sup> e uma população estimada, no ano de 2016, de 346.069 habitantes, dos quais 76.319 têm ocupação comprovada. Conforme Almas e Longuinhos (2011), sua população residente é considerada predominantemente urbana, sendo 90% dela residente no meio urbano. Apresentou, em 2010, um índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) de 0,678 e em 2013 um Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*) de R\$14.647,17. O valor médio mensal da renda para os domicílios particulares na zona rural é de R\$856,00 e para a zona urbana é de R\$2.105,97.

De acordo com Ferraz (2001), Vitória da Conquista é limítrofe com Anagé, Planalto, Barra do Choça, Itambé, Encruzilhada, Cândido Sales e Belo Campo. “Além do contato direto com esses municípios, proporciona economias de aglomeração e externalidades com outros municípios da região, reforçando o seu papel de centro regional”. (FERRAZ, 2001, pg.22). A cidade é cortada pela BR 116 (rodovia Rio-Bahia) que liga o norte ao sul do país e faz entroncamento com a BA 262 - que liga Vitória da Conquista com o leste e oeste da Bahia -, e com a BA 415, que dá acesso ao litoral sul baiano e à BR 101, podendo ser classificada segundo a teoria perrouxiana como um ponto de desenvolvimento.

Tal posição influencia favoravelmente o desenvolvimento econômico da cidade, que assume importante papel de eixo de circulação no Estado da Bahia e também de ponto de articulação entre a região nordestina e o centro-sul brasileiro. Essa característica de entroncamento é fundamental no processo de construção dessa unidade urbana. (FERRAZ, 2001, pg.21).

Situada na região Sudoeste da Bahia, tem como principais atividades econômicas o comércio; o transporte, armazenamento e correios; a indústria de transformação; e, os serviços, com ênfase nas áreas de saúde e de educação. Segundo a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC) (2016) possui um comércio forte e dinâmico além de um distrito industrial bastante diversificado e em expansão. Ainda segundo a PMVC (2016), a cidade possui a sexta maior economia da Bahia, cujo PIB representa 2,29% do PIB estadual. De acordo com Almas e Longuinhos (2011), Vitória da Conquista é o município com a terceira maior concentração populacional, mas que apresenta uma economia discreta na composição da riqueza do Estado da Bahia.

A expectativa é de que em um futuro próximo, Vitória da Conquista se torne a quinta maior economia estadual, pois, segundo a PMVC (2016), seu crescimento diversificado possibilita a chegada de novos empreendimentos, tanto no setor da indústria – indústria de

transformação e extração mineral – quanto no setor de serviços – escolas, universidades, hospitais

Em uma análise econômica efetuada no período compreendido entre 1999 e 2004, Lima e Lopes (2016) verificaram que Vitória da Conquista apresentou taxas de crescimento médio anual da população superiores às respectivas taxas do estado. O crescimento do PIB no quadriênio 1999-2002 foi sistematicamente menor que as taxas baianas, sendo que em 2002 a participação do PIB do município correspondia a 1,32% do PIB do Estado e ocupasse, em 2002, a 11ª posição na economia do estado da Bahia.

A estrutura setorial do PIB do município, segundo Lima e Lopes (2016), não sofreu alterações significativas no período em análise, o que os levaram a afirmar que a malha produtiva do município não passou por transformações importantes e permaneceu estável. Em 2002, a estrutura setorial do PIB do município tinha na atividade terciária a maioria do agregado produtivo com 71,21%, índice bem acima dos índices do estado; a indústria representava 22,02% e a atividade agropecuária 6,77%, estas duas últimas atividades bem abaixo do índice baiano. No período analisado, apesar de manter um ritmo de seu crescimento populacional acima da média estadual, o PIB de Vitória da Conquista apresentou queda da participação no agregado baiano.

Um dos principais aspectos a caracterizar o quadro econômico de Vitória da Conquista é o número relativamente alto de setores locais que possuem densidades em termos de estabelecimentos e de empregos formais. Em 2003, 13 setores (entre industriais e terciários) apresentaram participações dos números de estabelecimentos e de empregados nos seus congêneres estaduais superiores a 3%. Do segmento industrial, sete setores registraram tal performance; os três setores de comércio (por atacado, varejista e o relacionado a veículos) também estão inclusos nesse rol; e mais três setores de serviços. Entre estes últimos, cabe ressaltar a presença do de seguros e previdência complementar, posto a complexidade que envolve a atividade, o que certamente pode servir de indicador do nível de sofisticação que a economia do município vem apresentando. (LIMA; LOPES, 2016).

Vitória da Conquista apresentava, no período em análise, uma economia diversificada, sem que houvesse predominância de atividades representativas e indicativo de que existiam atividades terciárias mais complexas. Segundo Lima e Lopes (2016), por causa dessa diversificação não se conseguiu apontar alguma atividade como característica da economia do município, como também, nenhuma grande inserção dos setores locais nos fluxos globais de produção, mercadorias, pessoas ou capital. Para os autores, Vitória da Conquista apresentava uma economia com desenvolvimento mais endógeno, com área de influência das transações econômicas mais limitada, ainda que relevante para seu entorno. Ainda de acordo com os

mesmos autores, o município apresentou no período uma economia menos vulnerável à mudanças nos fluxos globais por não encontrar em seu entorno produções importantes que são voltadas para a exportação ou que tenha fortes vínculos com o exterior.

Para que se possa compreender a integração e a influência de Vitória da Conquista com, e sobre, o seu entorno é necessário que se conheça um pouco da história do seu crescimento e desenvolvimento, isto é, abordar o contexto histórico de sua formação econômica. De acordo com Tanajura (1992), em 1770 já exista um aglomerado humano, cuja existência foi confirmado por ofício de Manoel da Cunha Meneses, ex-governador da Bahia. Conforme a PMVC (2016), o Arraial da Conquista inicialmente, cresceu lentamente. Em 1780 contava com cerca de 60 casas, já no ano de 1840 este número havia se multiplicado e o arraial elevado à condição de Vila Imperial, distrito de Vila de Caetité. De acordo com Tanajura (1992), o Arraial da Conquista foi fundado oficialmente em 1783, tendo como marco a construção de uma capela no lugar da derrota dos índios Imborés. Nesse período surgem várias ruas que, e porque, davam acesso às localidades vizinhas. “Isso mostra que, desde cedo a cidade tinha uma integração forte com os municípios da região” (PMVC, 2016).

Com um grande potencial econômico, a região da Imperial Vila da Vitória possuía muitos recursos naturais, onde se via uma agricultura de subsistência prosperando, que tinha como principais produtos o algodão, a mandioca o milho e o feijão, bem como a pecuária que era seu principal destaque. Segundo Miguel (2000), o comércio apresentava um fluxo de grande intensidade com o norte de Minas Gerais, a Vila de Ilhéus e outras vilas do interior da província da Bahia, além da Capital. “A movimentação destes produtos reforça a posição da Imperial Vila da Vitória como entreposto comercial, fornecedora de mercadorias às vilas e povoados circunvizinhas.” (MIGUEL, 2000, p.65).

A vila passou à cidade em 1º de julho de 1891, conforme Torres (1996), com o nome de Conquista. Para o autor, nesta época a economia era arcaica com a pecuária sendo a atividade mais forte, onde existia várias fazendas com criação de gado bovino; a indústria fabril se resumia a manufatura de açúcar, aguardente, fumo e outros produtos para consumo interno; o comércio se dava em exportar o excedente para as cidades de Rio Pardo e Ilhéus e importava artigos de louças, ferragens, panos e objetos de fabricação estrangeira. Para definir a economia na época eis um trecho do autor: “Rendas – Este município, se pouco contribui para as rendas gerais e provinciais, não atingindo nunca quantia superior à 5:000\$000 em relação as suas rendas, nada absolutamente produz e a esse estado negativo se deve atribuir o seu atraso e nenhum progresso material”. (TORRES, 1996, p.57).

De acordo com Passos (1995), o crescimento da vila e depois cidade de Conquista foi bastante lento no decorrer de todo o século XIX, decorrente da sua organização econômica, no final do século XIX e princípio do século XX, centrada na pecuária bovina. A sua densidade demográfica era muito baixa: em 1890 era de 0,69 habitante/Km<sup>2</sup>. Sua população variou de 11.408 habitantes no ano de 1872 para 13.383 no ano de 1890.

O tecido urbano passa a desenvolver-se, em Vitória da Conquista, segundo Passos (1995), de forma mais intensa e ordenada somente a partir das décadas de 20 e 30 do século XX. “Em 1920 já era considerada uma cidade grande. Dezesesseis distritos foram integrados à sede” (PMVC, 2016). Devido à localização geográfica favorável ao comércio, este se destacou na venda de produtos agrícolas e pecuários, fazendo com que a cidade se tornasse conhecida em outras regiões do Estado. “Após 1926, quando é construída rodovia ligando Vitória da Conquista a Jequié, a cidade passa a se expandir em sua parte setentrional”. (PASSOS, 1995, p.73).

Em 1940 o município passa a se chamar Vitória da Conquista. Segundo a PMVC (2016), com a inauguração da BR116 (Rio-Bahia), Vitória da Conquista teve sua posição regional reforçada, o que levou a cidade a receber uma grande quantidade e diversidade de pessoas da própria Bahia, dos estados de Minas Gerais, São Paulo e, especialmente, de Sergipe e Pernambuco. “É justamente nesse momento que a cidade e a região de Vitória da Conquista passa a incorporar-se mais solidamente ao conjunto do território nacional brasileiro” (PASSOS, 1995, p.75). Para Passos (1995), devido ao perímetro urbano ter sido atravessado por essa rodovia, Vitória da Conquista passa a ser beneficiada via impulsão geral de sua economia, com a fixação de atividades urbanas, especialmente o comércio.

O rápido crescimento do núcleo urbano de Vitória da Conquista teve, de acordo com Passos (1995), uma participação primordial da abertura das estradas que a cruzam, porém, não se deve atribuir a esse fato uma responsabilidade total para tal crescimento. Não se pode negar que, segundo o autor, a partir da construção das vias rodoviárias de comunicação, a cidade passou a ser bastante dinâmica, favorecendo o desenvolvimento do comércio, fato que deu bases sólidas para “[...] o caráter de centralidade urbana no circuito da produção, circulação, distribuição e consumo de bens e serviços.” (PASSOS, 1995, p. 78).

Sobre a importância das rodovias no crescimento de Vitória da Conquista, Rocha e Ferraz (2005) fazem a seguinte colocação:

Do ponto de vista econômico, permanece a predominância da agropecuária e do comércio local, só que se estende uma influência maior para a formação de uma rede de pequenas localidades que mais tarde consolida-se como um pólo regional. Principalmente, entre as décadas de 1940, 1950 e 1960, quando se

inicia a construção de várias estradas, que antes era apenas caminho de tropeiros, constituindo-se numa malha rodoviária ligando o Sul ao Nordeste, e o litoral baiano ao Oeste. (ROCHA; FERRAZ, 2005, p.12562).

A partir da década de 1970, para Almas e Longuinhos (2011), foram introduzidos dois vetores de essencial importância em Vitória da Conquista: a cafeicultura e a indústria. A cidade passa a se dedicar à cafeicultura, e segundo a PMVC (2016), muita gente enriqueceu nesta época, riqueza que ficou limitada aos detentores de terras agricultáveis ao café, o que traz a cidade em sua trajetória de crescimento uma história de produção e concentração de renda, situação que atualmente ainda se estabelece. O Plano de Renovação e Revigoração da Cafeicultura na década de 1970 do século passado, conforme Almas e Longuinhos (2011), induz a produção de café a se tornar a mola propulsora da dinâmica econômica da região. A cafeicultura contribuiu para o aumento populacional, diversificando as atividades de prestação de serviços e comerciais, a partir de seu crescimento, oriundo dos subsídios governamentais oferecidos para aqueles que se propusessem a plantar o grão de café. Para Passos (1995), houve uma pequena migração da pecuária para a cafeicultura em Vitória da Conquista e nas cidades vizinhas, pois a diminuição na área de pastos foi mínima e no mesmo período aconteceu uma diminuição considerável na quantidade de áreas de terras incultas, o que sugere que a implantação do café foi feita com a incorporação de novas terras agrícolas.

Também na década de 1970, para Almas e Longuinhos (2011), como impulso à atividade industrial foi criado o distrito Industrial dos Imborés, uma aglomeração produtiva gerada a partir de políticas de incentivo do governo federal que visava reduzir as disparidades regionais. O governo estadual participou efetuando investimentos em infra-estrutura, concessões de créditos, além de políticas de isenção e renúncia fiscal. As medidas foram insuficientes para interiorizar o crescimento industrial, ficando limitadas essas atividades à economia local.

O Estado brasileiro implanta, no período compreendido entre os anos de 1975 e 1986, um programa que visa promover as cidades de médio porte a centros estratégicos da rede urbana nacional. Segundo Steinberger e Bruna (2001), o Programa de Cidades de Porte Médio teve início em 1976 com o objetivo de fortalecer cidades médias com ações intra e inter-urbana, denominado CPM/Normal, com os recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDU) em caráter não reembolsável e os municípios entravam com contrapartida na proporção de 1 para 2,5. Por falta de recursos essa primeira etapa do plano foi encerrada em 1979.

Para superar a limitação de recursos do CPM/Normal, em meados de 1979, foi aprovado o Projeto Especial de Cidades de Porte Médio (CPM/Bird), com a gestão do Banco Mundial, que tinha como objetivo “realizar investimentos de impacto em cidades estrategicamente localizadas no espaço nacional.” (STEINBERGER; BRUNA, 2001, p.54). Para Steinberger e Bruna (2001) tal projeto contava com um volume bem maior de recursos. Além disso, esperava-se obter retorno financeiro para criar um Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FMDU) em cada cidade, permitindo a repetição ou continuidade local do projeto, em bases semelhantes à primeira etapa. O contrato assinado com o Banco Mundial era de US\$ 70 milhões, que representava 35% dos gastos totais, estimados em US\$ 200 milhões. A União repassava, a fundo perdido, 70% dos recursos necessários a cada cidade (35% originários do Bird e 35% de seu orçamento) e os estados e municípios entravam com os 30% restantes, oriundos de seus orçamentos. O CPM/Bird foi finalizado oficialmente pelo Banco Mundial em 1986.

De acordo com Steinberger e Bruna (2001), as cidades médias foram conceituadas, em documentos elaborados para subsidiar a implantação do programa, durante a primeira política urbana, como aquelas que por sua posição geográfica, população, importância socioeconômica e função na hierarquia urbana da macrorregião e do país, se constituíam em centros de valor estratégico para o desenvolvimento regional e para uma rede urbana nacional mais equilibrada em termos de política de organização territorial. Por se tratar de um equilíbrio relativo adequado às características da dinâmica regional e nacional pretendida, simetria e homogeneidade não eram envolvidos na ideia de equilíbrio. Para as autoras

Esse conceito foi refinado na segunda política urbana, quando se distinguiram cidades de porte médio com funções de desconcentração e dinamização. As primeiras eram aquelas capazes de proporcionar alternativa às regiões metropolitanas, em especial São Paulo e Rio de Janeiro, e contribuir para a desconcentração intra-regional da região Sudeste. Por outro lado, as de dinamização eram as inseridas nas macrorregiões para as quais se pretendia direcionar o desenvolvimento e que já dispunham ou mereciam dispor de potencial para disseminar esse desenvolvimento em sua área de influência. (STEINBERGER; BRUNA, 2001, p.51-52).

As ações previstas para as cidades selecionadas no CPM/Normal, eram inter e intra-urbanas. Esperava-se, segundo Steinberger e Bruna (2001), que as ações inter-urbanas expandiriam sua capacidade produtiva e o mercado da região por elas liderado reduzissem os fluxos migratórios que se dirigiam para as regiões metropolitanas e apresentassem economias de aglomeração, para tanto, tentaria localizar equipamentos terciários de alcance regional e oferecer incentivos no intuito de atrair capitais industriais para as cidades selecionadas. Já as

ações intra-urbanas seriam em áreas carentes das cidades, supondo que essa seria uma forma de redistribuir renda, bem como, prestando assistência técnica às prefeituras de forma a preparar as administrações locais para se autogerenciarem e terem condições de orientar o crescimento físico-território e obter maior eficiência nos serviços urbanos. Estimava-se que tais ações se traduziriam “na melhoria da qualidade de vida das populações das cidade-pólo e da região que dela demandava serviços.” (STEINBERGER; BRUNA, 2001, p.52).

O programa CPM/Bird era calcado, conforme Seteinberger e Bruna (2001), em três componentes:

- a) Emprego e renda, que tinha por meta a elevação direta do nível da renda com a criação de 65 mil postos de trabalho e indireta com ações de abastecimento alimentar;
- b) Infra-estrutura urbana e comunitária, tinha metas específicas relativas a saneamento, transporte, energia elétrica, habitação, lazer, educação, saúde, entre outros. As obras e serviços deveriam atender, prioritariamente, à população com renda familiar de até três salários mínimos mensais;
- c) Administração municipal visava desenvolver estudos e projetos de reforma e modernização administrativa, reorganização de cadastros fiscais e técnicos, elaboração de planos de ocupação físico-territorial, legislação urbanística, e capacitação de recursos humanos.

A estratégia regional para o Nordeste, para Steinberger e Bruna (2001), era priorizar o crescimento das atividades produtivas e melhorar a infra estrutura e os equipamentos sociais nas capitais do Estado e nos pólos secundários regionais, além de dinamização de núcleos urbanos regionais que exercessem ou viessem a exercer função de polarização ou desenvolvimento regional.

A cidade de Vitória da Conquista foi selecionada para o CPM/Normal no biênio 1977/78 e em 1978 começou a receber os recursos. Existem vários estudos referentes às cidades médias brasileiras para o período em que ocorreu o CPM/Normal e CPM/Bird, de acordo com Steinberger e Bruna (2001). Vitória da Conquista foi citada em resultados de algumas delas como será visto a seguir.

O resultado do crescimento populacional nos dois períodos compreendidos entre os anos de 1970 e 1991 e entre 1996 e 2000 foi mostrado por Andrade e Serra (2001b). Para o primeiro período, Vitória da Conquista tinha uma população de 125.573 habitantes em 1970 e em 1991 apresentava uma população de 225.091 habitantes. O crescimento anual para o período 1970/91 foi de 2,82%, enquanto a taxa de crescimento brasileiro no mesmo período foi de 2,2%. Verificando o segundo período, a população da cidade em 1996 era de 242.155 habitantes e em

2000, 262.585 habitantes, com uma taxa de crescimento populacional anual no período de 2,05%, enquanto a brasileira foi de 1,6%. Para os autores, uma maior taxa de crescimento populacional anual da cidade que a taxa média anual do país indica que houve uma contribuição da cidade para diminuição do fluxo migratório para as regiões metropolitanas proposta no CPM.

Porém, a partir de uma matriz para verificação da frequência das taxas de imigração e da emigração na década de 1980, Andrade, Santos A. e Serra (2001) verificaram que Vitória da Conquista apresentou uma taxa média de imigração e uma alta taxa de emigração na década de 1980, o que pode indicar que o aumento na taxa de crescimento populacional pode ter sido causada por uma alta taxa de natalidade nos períodos estudados por Andrade e Serra (2001b).

Em uma análise de desempenho produtivo dos centros urbanos brasileiros, no período 1975/1996, Andrade e Serra (2001a) chegaram aos seguintes resultados para Vitória da Conquista:

a) A taxa média de crescimento anual do PIB para o período 1975/80 foi de 7,65% a.a.; no período de 1980/85, 0,64% a.a (ponderaram que tal resultado pode ser motivado pela crise nos anos 1980); no período de 1985/96 a taxa foi de 4,41% a.a e a taxa média anual no período 1975/1996 foi de 4,26% a.a., taxas que foram sequencialmente 7,21%, 1,27%, 1,38% e 2,71 a.a. no Brasil nos mesmos períodos;

b) A decomposição do PIB setorial mostrou as diferenças entre as taxas anuais no período 1975/96, sendo que a taxa do setor primário foi de -0,03%, e a nacional de 1,26%; a taxa do setor secundário foi de 6,17 e a nacional de 1,58%; e, a taxa do setor terciário foi de -0,02%, enquanto a nacional foi de 1,98%. Já a decomposição da variação em componentes nacional, estrutural e diferencial para o período 1975/96 mostra que não existiam setores dinâmicos em sua estrutura e que as vantagens locacionais aumentaram na mesma medida que diminuía o PIB da sua parte estrutural, mostrando que o PIB da cidade teve uma variação ínfima no período. A variação do PIB em 1975 foi de 0,06%, em 1980 foi de 0,06%, em 1985 foi de 0,06% e em 1996, de 0,08%;

c) A variação anual do PIB *per capita*, evidencia o bom momento do país da década de 1970 e das crises de 1980 refletidas na cidade: 1975/80 foi de 4,42%, 1980/85 foi de -1,87%, de 1985/96 foi de 2,31%. Para o período 1975/96 a variação anual do PIB *per capita* foi de 1,79%.

Em relação ao nível de pobreza de Vitória da Conquista, numa classificação entre as cidades médias brasileiras, Andrade, Serra e Santos D. (2001) verificaram que ela passou, de 1970, da 73ª para a 78ª, em 1991, perdendo cinco posições (quanto maior pior a classificação).

Em níveis percentuais da sua população a pobreza em Vitória da Conquista correspondia a: 70,96% em 1970, 50,64% em 1980 e 59,47% em 1991.

Com o declínio da produção do café e com a baixa produtividade da atividade industrial, na década de 1990, de acordo com Almas e Longuinhos (2011), são impulsionadas as atividades terciárias, destacando-se as atividades comerciais varejistas e atacadistas e os serviços de educação, saúde e de transportes, como indutoras do crescimento econômico. O crescimento dessas atividades se relacionam com o processo de intensificação da urbanização de Vitória da Conquista, principalmente com a migração de indivíduos do Sudoeste da Bahia e Norte de Minas Gerais. A PMVC explica a economia de Vitória da Conquista no período:

Com a crise do café, a partir do final dos anos 1980, o município realça sua característica de **polo** de serviços, a educação, a rede de saúde e o comércio se expandem, tornando Conquista a terceira economia do interior baiano. Esse **polo** variado de serviços atrai a população dos municípios vizinhos. Paralelamente à expansão da lavoura cafeeira, um **polo** industrial passou a se formar em Vitória da Conquista, com a criação do Centro Industrial dos Ymborés. A partir dos anos 1990, os setores de cerâmica, mármore, óleo vegetal, produtos de limpeza e estofados entram em plena expansão. (PMVC, 2016. Grifo nosso).

Após a crise do café, segundo Almas e Longuinhos (2011), a reestruturação da saúde pública de Vitória da Conquista acontece com a municipalização da saúde, no final dos anos 1990, que com o aumento da oferta desse serviço gera investimento de grande porte tanto particulares quanto públicos. Vitória da Conquista se torna o maior ofertante do serviço na Região Sudoeste, trazendo para a cidade grande contingente de pessoas das cidades circunvizinhas.

O impulso do setor industrial, que passa a abranger grandes empreendimentos a nível nacional e internacional, saindo do contexto local, para Rocha e Ferraz (2005), faz com que exista uma dinâmica mais presente no espaço local e regional de Vitória da Conquista. Dinâmica essa dada, também, pela “[...] confirmação da cidade como pólo educacional e de serviços tais como saúde e comércio”. (ROCHA; FERRAZ, 2005, p.12562).

Até o final dos anos 1990 só existia em Vitória da Conquista a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, que não conseguia atender a demanda referente à necessidade do ensino superior, que era dirigida para Salvador, onde quem precisava buscava sua especialização acadêmica e profissional. Sequencialmente à municipalização da saúde, de acordo com Almas e Longuinhos (2011), acontece em Vitória da Conquista instalações de novas Instituições de Ensino Superior (IES), inclusive várias IES particulares motivadas pela demanda e por incentivos do governo federal e do governo estadual.

As IES têm como destaque, a geração de emprego, atraindo recursos para a cidade de Vitória da Conquista. De acordo com Santos (2007), os recursos da IES no município de Vitória da Conquista são feitos através do repasse do governo do Estado para manutenção da UESB e do programa Faz Universitário, do governo Federal para o campus da UFBA e do PROUNI e dos gastos dos estudantes oriundos de outros municípios.

Os impactos econômicos e financeiros das IES em Vitória da Conquista, segundo Santos (2007) acontecem de três formas; i) aqueles que dizem respeito aos gastos para manutenção e expansão das IES, responsáveis pelos investimentos em obras equipamentos e demais gastos de custeio; ii) os que dizem respeito aos gastos realizados por professores e funcionários, resultado dos salários pagos pelas instituições; e iii) aqueles que advêm dos gastos dos alunos oriundos de outras localidades.

Além da educação, despontam outras várias atividades relacionados ao setor de serviços conforme Almas e Longuinhas (2011):

Outras importantes atividades relacionadas aos serviços devem ser mencionadas. Na esfera bancária, de acordo com o IBGE (2010), o município possui 12 agências bancárias, entre elas os principais bancos nacionais, estatais e privados, e um banco de fomento de atuação em todo o Nordeste do Brasil. Quanto às comunicações, Vitória da Conquista possui emissoras de rádio, jornais, revistas de circulação periódicas. Possui também um aeroporto que realiza vôos diários nacionais. Convivendo com estes serviços considerados modernos, existem ainda as atividades tradicionais como açougues, salões de beleza, lanchonetes, padarias, mercado de artesanato, feira livre, entre outros. Por fim há ainda opções de lazer, entretenimento, museu, centro de cultura, biblioteca, etc. (ALMAS; LONGUINHOS, 2011, p.7).

Um outro vetor que tem impulsionado a economia de Vitória da Conquista nos últimos cinco anos tem sido a construção civil, de acordo com a PMVC (2016). E em especial após a implementação, por parte do Governo Federal, do programa Minha Casa Minha Vida, o setor tem apresentado uma participação considerável na geração de empregos, fortalecendo a economia da cidade.

A partir dos dados descritos neste capítulo, observa-se que Vitória da Conquista vem se apresentando desde o seu primórdio como uma opção de se tornar um centro regional. Inicialmente, pela sua localização como local de passagem e parada das tropas com mercadorias vindas do interior do Estado e de Minas Gerais para Salvador e para o porto de Ilhéus o que estimulou a criação do seu comércio. Depois com a construção da malha rodoviária que a corta e com conseqüente crescimento do setor de serviços, com destaque para o comercial, e depois com o crescimento dos setores da educação e saúde. Seu crescimento populacional acelerado, bem como o crescimento de seus indicadores econômicos indica que existe uma migração de

população e de capital para a cidade, oriunda, principalmente, de seu entorno. Doravante esta monografia buscará entender a relação do crescimento econômico de Vitória da Conquista com o seu entorno e explicá-la.

### **3. METODOLOGIA PARA A ANÁLISE DA INSERÇÃO REGIONAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

Neste capítulo serão apresentados os instrumentos metodológicos que auxiliaram no levantamento e análise dos dados com o objetivo de avaliar se a inserção regional de Vitória da Conquista a caracteriza como um pólo de desenvolvimento para o território em que a cidade se localiza.

As técnicas de análise regional como Medidas de Localização e Especialização; o Método de Análise Diferencial-Estrutural (*Shift Share*), bem como, a Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE), constituem-se como ferramentas importantes na análise que se propõe e que serão apresentadas neste capítulo.

#### **3.1. Fonte de Dados e Período de Análise**

O período selecionado para a análise desta monografia está compreendido entre os anos de 2000 e 2014, utilizando, para as medidas de localização e especialização bem como para o *shift share*, o período compreendido entre os anos de 2006 e 2014 por não existir dados compatíveis para os anos anteriores. Para a Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) serão analisados períodos distintos: para variações de empregos o período será o compreendido entre os anos de 2006 e 2014 e para o PIB, entre os anos de 2000 e 2012. A análise vai se proceder a nível dos municípios das mesoregiões Centro-sul e Sul baianas, relacionada com a média do estado da Bahia.

Serão utilizados na análise informações sobre produção e emprego. Os dados sobre PIB, deflacionados pelo IPCA da região metropolitana de Salvador, fazem parte da base de dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Os dados sobre emprego formal estão disponíveis nas bases de dados do Ministério do Trabalho e Emprego, nas informações da RAIS/Seção.

#### **3.2. Métodos de Análise Descritiva**

##### *3.2.1. Medidas de Localização e de Especialização*

As medidas de Localização e Especialização, de acordo com são “um conjunto de medidas descritivas e de natureza eminentemente exploratórias [...]” (SIMÕES,2006, p.271) e usadas comumente “em diagnósticos introdutórios para políticas de descentralização industrial

e, caracterizações de padrões regionais da distribuição espacial de atividade econômica” (SIMÕES, 2006, p.271). Tais medidas se dividem nas de natureza setorial, que são as medidas de localização e, nas “que se concentram na análise da estrutura produtiva de cada região, objetivando analisar o grau de especialização regional, assim como sua diversificação interperíodos” (SIMÕES, 2006, p.271), que são as medidas de especialização ou, de acordo com Haddad (1989), medidas regionais.

Neste trabalho se utilizará, inicialmente, medidas de localização e especialização, de natureza descritiva e exploratória para o período 2006 a 2014, que através da estrutura produtiva do emprego de Vitória da Conquista busca-se analisar os padrões do seu crescimento econômico. Essas medidas serão calculadas a partir de uma matriz de informação, com a distribuição do emprego por seções (base de dados MTE/RAIS), cuja análise descreve os padrões de comportamento dos setores produtivos no espaço econômico (variação intrarregional). São definidas então as seguintes variáveis:

$E_{ij}$  = emprego no setor  $i$  da região  $j$ ,

onde  $j$  representa Vitória da Conquista, e  $i$  = agricultura, pecuária produção florestal, pesca e aquicultura; indústrias extrativas; indústrias de transformação; eletricidade e gás; água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; construção; comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; transporte, armazenagem e correio; alojamento e alimentação; informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades imobiliárias; atividades profissionais, científicas e técnicas; atividades administrativas e serviços complementares; administração pública, defesa e seguridade social; educação; saúde humana e serviços sociais; artes, cultura, esporte e recreação; outras atividades de serviços; serviços domésticos; e, organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

$E_{oj} = \sum_i E_{ij}$  = emprego em todos os setores da região  $j$ .

O cálculo da distribuição percentual do emprego em Vitória da Conquista por setor é dado por:

$$i_j^e = \frac{E_{ij}}{\sum_i E_{ij}}, \quad (1)$$

onde  $\sum_i i_j^e = 1$  e  $i_o^e = \sum_j i_j^e$

Para avaliar a inserção de Vitória da Conquista no contexto econômico regional e avaliar sua importância econômica em relação aos outros municípios da região, serão utilizadas as medidas de localização: Coeficiente Locacional e as Curvas de Localização; e, as medidas

de especialização: o Coeficiente de Especialização e o Coeficiente de Reestruturação. Estas medidas foram consideradas as mais apropriadas dentre as medidas de localização e especialização existentes, para analisar estrutura produtiva de Vitória da Conquista.

### 3.2.1.1. Coeficiente Locacional

Shickler afirma que “o quociente locacional mede a concentração de certa atividade numa determinada área com referência à distribuição desta atividade num espaço geográfico que abrange a primeira” (SHICKLER, 1974, p.44). Para Simões (2006) o quociente locacional compara o percentual de um setor particular de uma região com a participação percentual da mesma região no total do emprego da economia com qual se quer comparar (mesorregião, estadual ou nacional).

O quociente locacional (QL) permite, em trabalhos exploratórios, segundo Haddad (1989) e Simões (2006), verificar se uma região apresenta possibilidades para atividades de exportação. Se o quociente locacional for maior que a unidade significa que a atividade na região é relativamente mais importante, no contexto regional que está inserida, em termos do setor, do que em termos gerais de todos os setores e que é básica (voltada para a exportação). Se o quociente locacional se apresentar abaixo da unidade representaria uma atividade não-básica (voltada para o mercado da própria região).

Os primeiros estudos que utilizaram o QL para caracterizar economias locais utilizavam a unidade como referência. Para Crocco et al. (2003), devido às disparidades existentes entre as regiões brasileiras, pode ser bastante elevado o número de localidades com o coeficiente maior que a unidade, o que indica apenas a existência de diferenciação produtiva e não garantia de concentração destas atividades. Além desse fato, para escalas territoriais pequenas o QL sobrevaloriza qualquer diferenciação interna, mesmo em estruturas pouco diversificadas; e o contrário ocorre em escalas territoriais mais amplas. Por esse motivo, segundo os autores citados, seria prudente que o valor de corte a ser assumido pelo QL deveria ser significativamente acima de um. “Alguns estudos para a economia americana, que possui uma distribuição espacial de sua indústria bem mais homogênea que a nossa, consideram especialização industrial aquela região que apresentar QL acima de 4.”(CROCCO et al., 2003, p.12). Lima e Simões (2011), citam uma explicação de Simões sobre a relação da especialização produtiva com base no  $QL > 4$ .

Segundo Simões (2006), se  $QL_{ij} > 4$ , há especialização produtiva, ou seja, a microrregião  $j$  está mais especializada no setor  $i$  do que o conjunto de todas as

microrregiões em análise (no contexto regional, esse setor é mais importante para a microrregião em questão do que os demais); se  $1 \leq QL_{ij} \leq 4$ , há indícios de especialização; se  $QL_{ij} < 1$ , não há especialização. (LIMA; SIMÕES, 2011, p.781).

Através da equação apresentada a seguir (2), será apurado o percentual de emprego de setores específicos e totais de Vitória da Conquista e das cidades do seu entorno em relação ao total de emprego da economia estadual ou da mesorregião em que estão inseridas para se saber se a atividade na região ou localidade é básica ou voltada para o seu próprio mercado.

$$QL_{ij} = \frac{\frac{E_{ij}}{E_i}}{\frac{E_j}{E_{..}}} = \text{quociente locacional do setor } i \text{ na região } j \quad (2)$$

onde:

$E_{ij}$  = participação percentual do emprego de um setor  $i$  da região  $j$ .

$E_i$  = participação percentual do emprego de um setor  $i$  da Bahia.

$E_j$  = participação percentual do emprego da região  $j$ .

$E_{..}$  = o total percentual de emprego da Bahia ou mesorregião.

### 3.2.1.2. Curvas de Localização

Para a elaboração de uma curva de localização, coloca-se no eixo vertical (ordenadas) as porcentagens acumuladas da variável-base (Emprego, PIB, IDH, etc.) por região, numa determinada atividade (indústria, seção, setor, etc.), no eixo das abcissas (horizontal), as porcentagens acumuladas do total das atividades em todas as regiões, e, posta-se no diagrama elaborado uma diagonal de 45 graus a partir da origem. As curvas de localização “permitem visualizar com clareza e interpretar com simplicidade o grau de concentração espacial das atividades econômicas” (HADDAD, 1989, p.237) e se assemelham às curvas de Lorenz tanto na construção quanto às interpretações referentes a seu formato.

Segundo Haddad (1989), a divergência da distribuição dos dois conjuntos de porcentagens deslocará a curva de localização para cima e para a esquerda, e se forem idênticos a curva de localização coincidirá com a diagonal de 45 graus. Para o autor, o tamanho deste deslocamento é que indica uma concentração espacial da atividade, cuja intensidade, como no coeficiente de Gini, é medida com valores-limites de zero a um, em ordem crescente de grau de concentração, tendo seu cálculo feito através da relação entre a área sob a curva e a diagonal e a área abaixo da diagonal.

### 3.2.1.3. Coeficiente de Especialização

O coeficiente de especialização compara a estrutura produtiva da região ou localidade com a estrutura produtiva que se quer comparar (mesorregião, estadual ou nacional), segundo Haddad (1989) e Simões (2006). O seu diagnóstico é utilizado em economias regionais específicas ou comparadas. Haddad destaca a seguir como pode-se interpretar os valores do coeficiente:

O valor do coeficiente será igual a 0 quando a região tiver uma composição setorial idêntica à da nação. Se o valor do coeficiente for igual a 1, a região j está com elevado grau de especialização em atividades ligadas a um determinado setor, ou está com uma estrutura de emprego totalmente diversa da estrutura de emprego nacional. (HADDAD, 1989, p.240)

A equação do coeficiente de Especialização é

$$CE_j = \frac{\sum_i [iej - ie.]}{2} = \text{Coeficiente de especialização da região } j \quad (3)$$

onde:

$iej$  = participação relativa da quantidade de emprego de um setor  $i$  para a quantidade de emprego de Vitória da Conquista.

$ie.$  = participação relativa da quantidade de emprego de um setor  $i$  de Vitória da Conquista para a quantidade de emprego do setor  $i$  do estado da Bahia.

O coeficiente de especialização será utilizado nesse trabalho para comparar a estrutura produtiva de Vitória da Conquista em relação à estrutura produtiva do estado da Bahia.

### 3.2.1.4. Coeficiente de Reestruturação

Conforme Haddad (1989), para avaliar o grau de mudança na especialização de uma região utiliza-se o coeficiente de reestruturação que relaciona a estrutura de emprego na região  $j$  entre dois períodos. Se o coeficiente for zero não terá havido nenhuma modificação na composição setorial da região, mas se for igual a um terá ocorrido uma estruturação profunda na composição setorial da região. A equação de reestruturação é exposta abaixo:

$$CT_j = \frac{\sum_i ([iej^{t1} - iej^{t0}])}{2} = \text{Coeficiente de reestruturação da região } j \quad (4)$$

onde:

$iej^{t1}$  = participação relativa da quantidade de emprego de um setor  $i$  para a quantidade de emprego de Vitória da Conquista para o período final da apuração.

$iej^{t0}$  = participação relativa da quantidade de emprego de um setor i para a quantidade de emprego de Vitória da Conquista para o período inicial da apuração.

A equação de reestruturação será utilizada nesse trabalho para verificar o grau de mudança na especialização de Vitória da Conquista e das localidades do seu entorno, relacionando a estrutura de emprego nas cidades entre os anos de 2006 e 2014 e comparar a modificação na composição setorial ocorrida em cada uma dessas cidades.

### 3.2.2. *Análise Diferencial-Estrutural (Shift Share)*

Para Lodder (1974), as desigualdades regionais acompanham o desenvolvimento econômico de um país, sendo que algumas regiões se desenvolvem mais que as outras, por diversas razões, independentemente do indicador de crescimento que for analisado.

Descrever o crescimento econômico de uma região nos termos de sua estrutura produtiva é no que consiste o método de análise diferencial-estrutural (shift share), de acordo com Lodder (1974), Haddad e Andrade (1989) e Simões (2006). O método, segundo os autores é para identificar e desagregar os componentes de tal crescimento. “O método é constituído, essencialmente, de um conjunto de relações contábeis e de definições, não apresentando nenhuma hipótese de comportamento entre as variáveis” (Haddad e Andrade, 1989, p.249). Segundo Souza (2009, p.117), o método estrutural-diferencial pode captar como o crescimento regional “fica impulsionado tanto por fatores internos como por fatores externos à região”.

Para Haddad e Andrade (1989) e Simões (2006) o método se baseia na constatação de que o crescimento do emprego é mais ou menos dinâmico em alguns setores do que em outros e tem maior ou menor participação na distribuição regional de variável básica independentemente da ocorrência desse crescimento em setores mais dinâmicos ou não.

O método original, de acordo com Haddad e Andrade (1989) e Simões (2006), divide o crescimento do emprego regional entre o período 0 e o período 1 em três componentes a saber: a variação regional (R), a variação proporcional ou Estrutural (P) ou (E) e a variação diferencial (D) representadas na equação abaixo. De acordo com Simões (2006) as duas últimas são as variações substantivas do método.

$$\sum_i E_{ij}^1 - \sum_i E_{ij}^0 = R + E + D \quad (5)$$

a) A Variação regional do emprego regional em j, segundo Haddad e Andrade (1989), é igual ao acréscimo de emprego que teria ocorrido se esta região crescesse à taxa de crescimento do total de emprego nacional (de uma grande região ou de um estado), no mesmo período.

$$R = \sum_i [E_{ij}^0 (r_{tt} - 1)] \quad (6)$$

onde:

$$r_{tt} = \frac{\sum_i \sum_j E_{ij}^1}{\sum_i \sum_j E_{ij}^0} = \text{taxa nacional (grande região ou estadual) de emprego} \quad (7)$$

b) A Variação Proporcional ou Estrutural, para Simões (2006) e para Haddad e Andrade (1989), representa o montante adicional (positivo ou negativo) no emprego que uma determinada região poderá obter como resultado de sua composição estrutural: a participação relativa de setores dinâmicos ou setores de crescimento lento na sua estrutura produtiva. As Regiões com especialização em setores dinâmicos evidentemente serão positivas em sua variação estrutural e vice-versa.

$$P = \sum_i [E_{ij}^0 (r_{it} - r_{tt})] \quad (8)$$

onde:

$$r_{it} = \frac{\sum_j E_{ij}^1}{\sum_j E_{ij}^0} = \text{taxa nacional de crescimento do emprego no setor i} \quad (9)$$

c) A Variação Diferencial é que indica o montante positivo (ou negativo) de emprego que a região j conseguirá porque a taxa de crescimento em determinado(s) setor(es) foi maior (ou menor) nesta região do que a média nacional (grande região ou estadual), tanto para Haddad e Andrade (1989) bem como para Simões (2006). De acordo com Lodder,

O efeito diferencial indica, desta maneira, a localização da região em relação aos grandes eixos nacionais e internacionais de comunicação e comércio; as vantagens que a política global do governo propicia, além de sua própria política regional; qualifica os efeitos de múltiplos fatores específicos da região; salienta a situação da região no espaço econômico nacional e efeitos diversos, tais como clima, fatores psicológicos, sociológicos, etc. (LODDER, 1974, p.57).

$$D = \sum_i E_{ij}^0 (r_{ij} - r_{it}) \quad (10)$$

$$\text{onde: } r_{ij} = \frac{E_{ij}^1}{E_{ij}^0} = \text{taxa de crescimento do emprego no setor i da região j} \quad (11)$$

Resumidamente, a diferença entre o crescimento efetivo do emprego em cada região j e o seu crescimento hipotético (estimado utilizando a taxa global de crescimento) decorre de dois fatores; um estrutural e outro diferencial, de acordo com Haddad e Andrade (1989) e Simões (2006). O estrutural indica os efeitos de variações de produtividade, padrões de

consumo, progresso tecnológico, mudanças na própria divisão inter-regional do trabalho, etc., e informa que no processo de desenvolvimento global, regiões que se especializam em setores mais dinâmicos tendem a crescer mais que a média e apresentam variação estrutural positiva.

Já o efeito diferencial , segundo Simões

mostra os diferentes dinamismos intersetoriais, ligados a forças de natureza locacional clássica, como dinâmicas regionais diferenciadas debitadas a fatores locais, como recursos naturais, custo diferenciados de transporte, estímulos fiscais, etc. (SIMÕES, 2006, p.275).

Este método original, para Simões (2006), gera a chamada tipologia de seis variações, como mostra o quadro 1 a seguir onde VLT é a Variação Líquida Total, isto é, o montante líquido da variável base, por exemplo, o emprego obtido em determinada região entre os tempos  $t=0$  e  $t=1$ . Se o VLT é positivo, significa que qualquer região que vier a estar classificada nas categorias 1, 2 ou 3 obtiveram aumento real de emprego interperíodos. Para as regiões classificadas como 4, 5 ou 6 vale o inverso.

**Quadro 1 – Tipologia de seis variações**

VLT	E	D	TIPOLOGIA
+	+	+	1
+	+	-	2
+	-	+	3
-	-	+	4
-	+	-	5
-	-	-	6

Fonte: Simões (2006, p.275).

O método é estimado e as regiões são classificadas em cada uma das categorias, tipologizando-as. A categoria 3, por exemplo, apresenta (E-) e (D+) com (VLT+). Apesar de não terem setores dinâmicos em sua Estrutura (E-), as regiões classificadas nesta categoria possuem vantagens locais tão grandes (D+) que superam (E-) e proporciona um (VLT+). Já as regiões hipotéticas que estiverem classificadas como categoria 4, por exemplo, possuem (D+), com vantagens locais específicas, porém cuja composição setorial é especializada em setores que crescem a taxa muito menores que a média global, (E-), tendo um resultado final negativo (VLT-). Pode-se ainda, conforme Simões (2006), além desta tipologia regional,

analisar cada célula da matriz de resultados da estimação do método, de forma desagregada setorial/regional do crescimento.

Neste estudo, o método de análise diferencial-estrutural terá como variável-base a mão-de-obra empregada em Vitória da Conquista (BA) e demais municípios do Centro-sul baiano, com o objetivo de analisar se o crescimento econômico, de acordo com sua estrutura produtiva no período compreendido entre os anos de 2006 a 2013, ocorreu em razão da existência de setores dinâmicos na sua estrutura produtiva, cujas taxas de crescimento são maiores do que a taxa de crescimento total da economia de referência – o estado da Bahia, e, identificar os componentes do crescimento econômico regional .

### 3.3. Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE)

A Econometria Espacial é considerada um dos subcampos da Econometria convencional. Segundo Almeida (2004, p.3), o que faz com que a econometria espacial seja diferente da econometria convencional é a preocupação de acrescentar ao modelo o padrão da interação socioeconômica entre os agentes num sistema, bem como, as características estruturais desse sistema no espaço; se difere também por considerar os efeitos espaciais na especificação, estimação, teste de hipótese e na previsão de modelos usando como dados os tipos *cross-section* ou painel.

Para o autor, a maior diferença, contudo, está na metodologia. A econometria espacial, diferentemente da convencional, busca tratar o comportamento do agente, quantitativamente: i) do ponto de vista atomístico, que analisa quais são os fatores exógenos independentes do espaço que interferem na sua decisão; e, ii) que trata da sua interação com outros agentes heterogêneos ao longo do espaço (também heterogêneo).

Ainda de acordo com Almeida (2004), existem dois tipos de efeitos espaciais. O primeiro “diz respeito à *dependência espacial* dada pela interação dos agentes no espaço” (ALMEIDA, 2004, p.5) e está sujeita à lei de Tobler (primeira lei da Geografia) cujo enunciado é “tudo depende de todo o restante, porém o que está mais próximo depende mais” (ALMEIDA, 2004, p.5) e destaca o papel da proximidade para o estabelecimento da interação espacial entre os fenômenos. A dependência espacial significa que o valor de uma variável de interesse numa certa região  $i$  depende do valor dessa variável nas regiões vizinhas  $j$  cujo conceito pode ser expresso da seguinte forma:

$$i \neq Y_i = f(y_j) \quad i = 1, \dots, n \quad e \quad j \quad (12)$$

O segundo efeito é referente à heterogeneidade espacial que, na definição de Le Sage, refere-se à variação em relações através do espaço. “Fenômenos que ocorrem no espaço não apresentam estabilidade estrutural”. (ALMEIDA, 2004, p.6).

A Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) é, segundo Almeida (2004), um conjunto de técnicas voltadas para a análise estatística de informações geográficas a descrever e visualizar distribuições espaciais, detectar padrões de associação espacial nos dados, sugerir hipóteses, sugerir *clusters* espaciais, identificar localizações atípicas ou *outliers* espaciais além de sugerir regimes espaciais ou outras formas de heterogeneidade espacial, impondo para isso a menor estrutura possível. Os *clusters* ou aglomerações podem apontar municípios com o mesmo padrão espacial de uma variável, crescimento econômico semelhante, por exemplo. Já *outliers* ou observações discrepantes indicam unidades espaciais com comportamentos distintos das unidades vizinhas, como pode ser o caso de um município que cresce a taxas elevadas, mas está localizado em uma região com baixo crescimento.

A AEDE é mais apropriada, de acordo com Almeida (2004), para investigar variáveis que são divididas por algum indicador de intensidade, isto é variáveis espacialmente densas ou intensivas. As formas mais comuns seriam variáveis per capita, por área, variáveis divididas pela quantidade de trabalho ou de capital, ou ainda é possível encontrar variáveis divididas por uma combinação linear de população, área, trabalho e capital. “A sua importância reside no fato de que essas variáveis estariam levando em conta externalidade relevantes na consideração do fenômeno em análise, tais como efeitos de aglomeração, efeitos de vizinhança e/ou congestão” (ALMEIDA, 2004, cap.3, p.2). Para o autor, o uso de AEDE pode levar a resultados enganosos quando aplicada para variáveis extensivas.

A análise exploratória de dados espaciais parte, inicialmente, da análise da correlação espacial da variável, no caso crescimento econômico, entre as unidades espaciais – municípios – e seus vizinhos. O coeficiente de correlação espacial mais utilizado, que será adotado neste trabalho, é o I de Moran que, conforme Almeida (2004) pode ser escrito como:

$$I = \frac{n}{\sum \sum w_{ij}} \frac{\sum \sum w_{ij} (y_i - \bar{y})(y_j - \bar{y})}{\sum (y_i - \bar{y})^2} \quad (13)$$

Onde:

n = o número de unidades espaciais;

$y_i$  = a variável de interesse, ou seja, o crescimento econômico em i e cada um de seus vizinhos

j; e

$w_{ij}$  = os pesos espaciais, que descrevem as interações espaciais (vizinhança ou distância) entre as regiões específicas  $i$  e  $j$ . Neste trabalho utilizou-se tanto uma matriz de pesos de vizinhança do tipo *queen*, que atribui valor 1 se os municípios são vizinhos e 0 se os municípios não são vizinhos quanto uma matriz de distância, que pondera o grau de associação entre os municípios pelo inverso da distância euclidiana entre eles.

Para Almeida (2004) o valor esperado da Estatística I de Moran  $E[I]$  corresponde ao valor que implica em ausência de correlação espacial da variável de interesse – crescimento econômico, neste caso – ou seja, que a localização espacial não é importante na definição das taxas de crescimento econômico municipais, o que significaria que o crescimento econômico é espacialmente aleatório. Embora não seja centrada em zero continua Almeida (2004), a esperança dessa estatística tende à zero assintoticamente, aproximando-se da interpretação do coeficiente de correlação tradicional.

$$E[I] = \frac{1}{n-1} \quad (14)$$

Uma autocorrelação espacial maior que  $E[I]$  indica a ocorrência de uma autocorrelação positiva, ou seja, que municípios com maior crescimento econômico tendem a estar localizados próximos a outros vizinhos com taxas de crescimento igualmente maiores, enquanto os municípios de menor crescimento econômico tendem a se aglomerarem com outros de mesmo comportamento. Valores menores que  $E[I]$  para o I de Moran indicam, por sua vez, uma autocorrelação espacial negativa.

Contudo, esta estatística é uma medida global de associação espacial. Determinados padrões locais de associação espacial e características específicas de determinadas vizinhanças, como objetiva-se analisar aqui, podem não ser expressos por essa estatística, ou até mesmo serem camufladas por ela, conforme destaca Almeida (2004). Para isso, utiliza-se a estatística I de Moran Local que decompõe o indicador global na contribuição local de cada observação, classificando-a em quatro categorias distintas (ANSELIN, 1995 apud ALMEIDA, 2004).

$$I_i = \frac{(y_i - \bar{y}) \sum_j w_j (y_j - \bar{y})}{\frac{\sum_i (y_i - \bar{y})^2}{n}} \quad (15)$$

Para Almeida (2004), as associações espaciais expressas por esta estatística local permitem a formação de quatro tipos de agrupamentos conforme o comportamento das

variáveis de acordo com a vizinhança, isto é, a associação linear espacial: Alto-Alto (*High-High*) em que o município *i*, de elevado crescimento econômico, está rodeado de municípios com elevado crescimento econômico; Baixo-Baixo (*Low-Low*), em que o município *i* apresenta baixo crescimento, da mesma forma que seus vizinhos; Alto-Baixo (*High-Low*), representando um município com alto crescimento econômico com vizinhos que crescem pouco; e Baixo-Alto (*Low-High*) onde um município cresce pouco, mas está rodeado de municípios que crescem muito. O resultado dessa análise será expressa através de um “Mapa de *Clusters*” que mostra os agrupamentos formados e o software utilizado será o GeoDa 1.8, software livre de análises econométricas com dados espaciais.

A AEDE será utilizada neste trabalho de forma a avaliar os padrões espaciais do crescimento econômico no contexto regional em que Vitória da Conquista se insere. Nesse aspecto, busca-se avaliar qual o padrão de associação espacial do crescimento econômico (crescimento do PIB e crescimento do Emprego) em Vitória da Conquista com o crescimento econômico de seus vizinhos durante a última década.

Dois padrões de associação espacial local interessam especificamente para responder ao terceiro objetivo específico da monografia. Em primeiro lugar, a existência de autocorrelação espacial positiva é compatível com a ideia de transbordamentos, o que significa neste caso, com a ideia de que crescimento econômico em uma localidade é associado com o mesmo perfil de crescimento nos municípios vizinhos. Como se busca analisar se o crescimento de Vitória da Conquista gera transbordamentos ou contágio desse crescimento para os vizinhos, um padrão de associação espacial alto-alto (alto crescimento econômico em Vitória da Conquista associado ao alto crescimento econômico nos municípios vizinhos) pode ser um indício desse fenômeno. Deve-se destacar que, caso haja transbordamentos deve-se identificar, necessariamente, uma autocorrelação positiva (alto-alto, no caso), mas a autocorrelação positiva não implica a existência de transbordamentos.

Em segundo lugar, interessa para esse objetivo a autocorrelação espacial negativa do tipo alto-baixo, que indica municípios com elevado crescimento econômico, cujos vizinhos são caracterizados com baixo crescimento econômico e é compatível com uma situação de competição espacial. Caso tal resultado seja encontrado, a evidência (estatisticamente significativa) é de que Vitória da Conquista não gera transbordamentos de sua atividade econômica para os municípios vizinhos.

Os dois outros padrões de autocorrelação espacial local (baixo-baixo e baixo-alto) não são esperados em relação à Vitória da Conquista, pois a premissa deste trabalho é que Vitória

da Conquista experienciou um expressivo crescimento econômico na última década. Caso se encontre um destes, tal premissa será mostrada como falsa. Contudo, uma cidade que não cresce, não tem capacidades de expandir dinamismo econômico para seu entorno. Assim, apenas o padrão espacial Alto-Alto é compatível com a existência de um pólo de crescimento.

“Segundo teóricos do desenvolvimento desigual, o capital amplia sua área de ocupação por meio de efeitos de transbordamento (*spillovers* espaciais) para as áreas vizinhas” (MELO; SIMÕES, 2011, p.21). Assim, segundo Melo e Simões (2011), as regiões centrais incorporam as regiões periféricas, assim como, tornam-se novas áreas periféricas outras regiões que estavam fora da economia de mercado e são inseridas no processo de acumulação do capital. Pela desigualdade que se pode observar até os dias atuais na Bahia, apesar do aumento do dinamismo econômico e das altas taxas de crescimento, o capital parece não conseguir expandir sua área de atuação nesse estado, exceto, provavelmente, na mesorregião metropolitana de Salvador. Os efeitos de transbordamento gerados pelo crescimento ou estão polarizando ainda mais as regiões centrais e reproduzindo o mesmo perfil centro-periferia desde sempre existente ou não estão sendo transmitidos para as localidades vizinhas e, assim, não há uma inserção das regiões periféricas nas regiões centrais.

Para Silveira Neto (2001) são raros os estudos que consideram efeitos espaciais na dinâmica de crescimento dos Estados e dos Municípios. Além de dois trabalhos citados pelo autor, vale ressaltar o seu trabalho, onde mostra evidências empíricas de presença significativa de *spillovers* espaciais de crescimento do PIB *per capita* entre os Estados brasileiros no período de 1985 a 1997 e o trabalho de Melo e Simões (2011) que busca a presença de *spillovers* espaciais de crescimento do PIB *per capita* entre as microrregiões do Nordeste brasileiro.

Através dos resultados de suas análises estatísticas e econométricas, Silveira Neto (2001) mostrou que existem *spillovers* de crescimento regionais entre os Estados, sendo mais importantes entre os Estados mais próximos ou vizinhos, diminuindo fortemente seus efeitos quanto mais aumenta a distância entre eles. Já Melo e Simões (2011), mostraram que o desempenho econômico das microrregiões nordestinas não foi afetado pelo desempenho das microrregiões vizinhas, isto é, não há *spillovers* de localização entre os Municípios nordestinos analisados.

Para estimar a presença de *spillovers* espaciais na taxa de crescimento do PIB e variação do emprego dos Municípios baianos, esse trabalho busca explicar as taxas de crescimento de Vitória da Conquista e das demais localidades baianas a partir da relação com as taxas de crescimento dos vizinhos, de acordo como critério de vizinhança assumido. Isso se

justifica pelo interesse de se verificarem os efeitos da relação espacial sobre o crescimento do produto e do emprego de Vitória da Conquista, com base em Silveira Neto (2001) e Melo e Simões (2011), e pelo fato de as próprias variáveis explicativas do crescimento possuírem influências derivadas da localização ou serem os próprios veículos de interação espacial.

#### **4. DISCUSSÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA E FONTES DE CRESCIMENTO À ASSOCIAÇÃO ESPACIAL DO CRESCIMENTO DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

Em Vitória da Conquista verificou-se, nas últimas duas décadas, um crescimento econômico acelerado e de forma diferenciada quando comparada com outras cidades das regiões das mesorregiões Centro-Sul e Sul baianas com maior PIB. Os dados analisados a seguir foram coletados no período que abrange o crescimento de Vitória da Conquista, compreendido entre os anos 2000 a 2014.

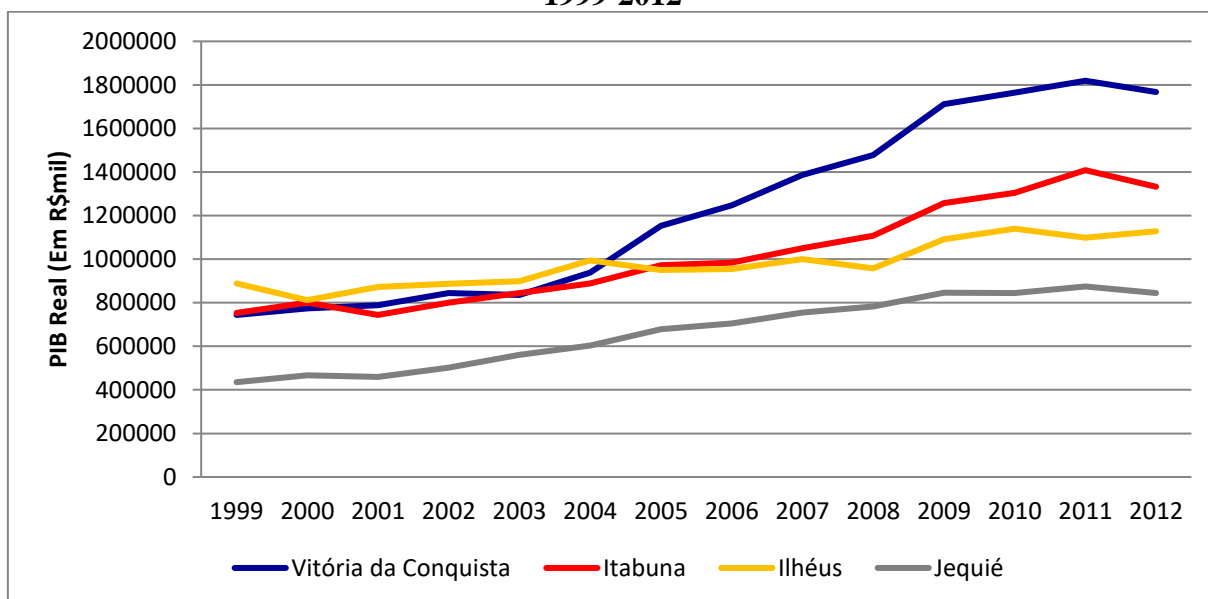
Vitória da Conquista tem como uma das principais características, no seu quadro econômico, o número relativamente alto de setores locais com densidades em termos de estabelecimentos e de empregos formais. Para que se tornasse viável a análise de seus setores produtivos de empregos, optou-se nesta monografia, por utilizar as seções da RAIS/MTE, que agregam setores similares ou próximos, e que, quando necessário, poderão ser decompostos para uma análise mais aprofundada dos resultados apresentados.

##### **4.1. Análise Descritiva do Crescimento Econômico de Vitória da Conquista**

Até o ano de 2003, a cidade de Vitória da Conquista apresentava taxas de crescimento econômico inferiores às taxas baiana e no mesmo patamar das principais cidades médias das mesorregiões Centro-Sul e Sul baianas. Lima e Lopes (2016) verificaram que, no quadriênio 1999 – 2002, a cidade apresentou taxas sistematicamente inferiores às taxas do estado, tendo registrado na sua participação no agregado baiano índices cada vez menores no período analisado, passando da posição de 10ª economia mais importante da Bahia em 1999 para a posição de 11ª em 2002.

Por outro lado, a análise dos padrões de crescimento dos municípios das mesorregiões Centro-Sul e Sul Baianas evidenciam Vitória da Conquista como um ponto de intenso crescimento nas duas últimas décadas. Em termos absolutos e reais, nenhuma outra cidade teve tamanho crescimento de produção, tanto que passou da posição de 11ª economia mais importante do estado em 2002 para a posição de 6ª economia em 2014. Como pode-se observar no gráfico 1 abaixo, a economia conquistense, que até 2003 estava equiparada em termos de produção com as economias dos municípios de Ilhéus, Itabuna e Jequié, se descola a partir de 2004, assumindo a liderança em termos de PIB nas mesorregiões.

**Gráfico 1 – Evolução do PIB Real das Principais Economias do Sul e Centro Sul Baiano: 1999-2012**



Fonte: Elaboração Própria a partir da Base PIB dos Municípios (IBGE, 2016).

Nota: Deflacionado pelo IPCA da Região Metropolitana de Salvador (2000=100).

Crescendo de forma acelerada e diferenciada das outras cidades de maior PIB na região, Vitória da Conquista assume uma trajetória de crescimento particular neste grupo, a partir de 2004, como se verificou no gráfico 1. Adiante esta monografia buscará explicação para tal crescimento na estrutura produtiva de emprego de Vitória da Conquista, identificar os setores dinâmicos e, assim, verificar as fontes de tal crescimento.

#### 4.1.1. A Estrutura Produtiva de Vitória da Conquista

Segundo Lima e Lopes (2016), um dos principais aspectos do quadro econômico de Vitória da Conquista é o número relativamente alto de setores locais que possuíam em 2003 densidades em termos de estabelecimentos e de empregos formais. Treze setores (industriais e terciários) apresentaram participações dos números de estabelecimentos e de empregados nos seus congêneres estaduais superiores a 3%. Sete setores da indústria, três setores de comércio (por atacado, varejista e o relacionado a veículos) e mais três setores de serviços registraram tal performance. Os autores ressaltam, entre esses três últimos, a presença do serviço de seguros e previdência complementar, que posto a complexidade o envolve, pode servir de indicador para o nível de sofisticação que a economia do município vem apresentando.

Segundo Crocco et al. (2003), apesar de ser um indicador extremamente útil na identificação da especialização produtiva de uma região, o quociente locacional (QL) deve ser utilizado com prudência, pois a interpretação de seu resultado deve levar em conta as características da economia que é considerada como referência, no caso desse trabalho, o estado da Bahia. Tendo em vista o elevado grau de disparidade regional existente no estado e nas mesorregiões Centro-Sul e Sul baianas, é de se esperar que um número enorme de seções de diferentes cidades irá apresentar QL acima de um, sem que isto signifique a existência de especialização produtiva, mas sim de diferenciação produtiva. É possível notar que, dada esta disparidade regional, uma gama enorme de cidades das mesorregiões Centro-Sul e Sul baianas apresentou, no período analisado pelo menos um setor com QL acima de 1. Assim, prudentemente, o valor de corte a ser assumido pelo QL neste trabalho será significativamente acima de 1.

Para Crocco et al. (2003), a literatura também ressalta que este indicador é bastante apropriado para regiões de porte médio como o caso específico de Vitória da Conquista. Para regiões pequenas, com emprego (ou estabelecimentos) industrial diminuto e estrutura produtiva pouco diversificada, continuam os autores, o quociente tende a sobrevalorizar o peso de um determinado setor para a região. De forma semelhante, o quociente também tende a subvalorizar a importância de determinados setores em regiões com uma estrutura produtiva bem diversificada, mesmo que este setor possua peso significativo no contexto de referência.

Nos anos de 2006 e 2014, Vitória da Conquista apresentou especialização produtiva ( $QL > 4$ ) somente na seção comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, passando de um QL de 5,39 para 6,72, determinando que mantém sua especialização produtiva nos dois períodos, seção que representa 4,03% do total da mesma seção no estado da Bahia, bem como, 26,67% do total do emprego da cidade e mostrando uma concentração de emprego nos setores dessa seção, conforme a Tabela 1.

Em 2006 existia indícios de especialização ( $1 \leq QL \leq 4$ ) em quatro seções e, em 2014, além das quatro seções de 2006, duplicou-se as seções com indícios de especialização, perfazendo oito seções. Todas as seções com indícios de especialização produtiva apresentaram um aumento percentual positivo do seu QL, o que pode ser explicado pelo aumento da importância relativa dos setores agregados nas seções. Somente a seção administração pública apresentou uma diminuição na concentração de seu emprego, provavelmente por organização da administração municipal, passando de um QL de 3,67 em 2006 para um QL de 2,09 em 2014, apesar de um aumento de 314 empregos, que representa 3,97 de aumento real para a seção

no período. Em termos da relação ao total do emprego da cidade a seção representava 19,15% em 2006 e diminuiu para 11,85% em 2014.

As nove seções de atividade com indícios de especialização e especialização produtiva ( $QL \geq 1$ ) em Vitória da Conquista no ano de 2014, constantes da Tabela 1, representam 89,14% do total de empregos da cidade. As demais seções analisadas não apresentaram concentração produtiva ( $QL < 1$ ).

Para Almas e Longuinhas (2011) a evolução do setor de serviços está baseada no progresso tecnológico, na urbanização, reestruturação produtiva, no comércio internacional e nas políticas públicas, o que é defendido por diversos autores, e que

Reforçando a vertente “pró-serviços”, Kon (2004) argumenta que a ligação entre atividades manufatureiras e de serviços é tal que a evolução destes últimos tornou-se notória com o advento das mudanças tecnológicas observadas desde os anos 1980 e acentuadas na década seguinte. Este fenômeno, segundo a autora, fez aumentar a produtividade da indústria e, em consequência, a necessidade de mão-de-obra especializada. Assim, observando as suas características de heterogeneidade e flexibilidade, os serviços não só foram capazes de absorver o trabalhador pouco qualificado (em condições de subemprego), mas também exerceram o papel de liderança através do fornecimento de conhecimento especializado, item chave para a continuidade do progresso tecnológico. (ALMAS; LONGUINHOS, 2011, p.4).

O setor de serviços, em 2007, era detentor de 83% do PIB e, em 2008, representava 76,96% dos empregos formais de Vitória da Conquista, de acordo Almas e Longuinhas (2011). Segundo os autores quase 85% dos recursos salariais foram pagos aos trabalhadores de serviços no período por eles analisado. Observaram que o QL para a variável valor agregado por trabalhador formal dos serviços, insinuou uma maior sofisticação das atividades terciárias no município que levam a uma maior geração de riquezas.

Sete seções das constantes na tabela 1, que apresentaram indícios/especialização, são do setor de serviços e correspondem a 66,65% do emprego formal do Município e representa 23,26% das seções em suas correspondentes no estado, com variações expressivas no aumento de sua especialização, exceto a administração pública que diminuiu o valor do seu QL de 2006 para 2014, mas continua apresentando indícios de especialização produtiva.

A seção Construção apresenta, em 2014, indícios de especialização mais elevados que a média do Estado da Bahia, que em princípio são em consequência do crescimento de Vitória da Conquista, principalmente nos últimos cinco anos, incrementado pelos investimentos do governo federal com o programa Minha Casa Minha Vida. Tal fato levou a um aumento considerável de empregos formais no setor.

Em Vitória da Conquista existe um parque industrial bastante diversificado, onde a indústria de transformação é mais relevante que a média do Estado da Bahia. De 2006 a 2014 houve um melhoria no índice de sua especialização produtiva, e representa 4,24% da sua congênera no Estado e 13,24% da economia da cidade, conforme a tabela 1 abaixo.

**Tabela 1 – Seções de Atividades com Especialização Produtiva (QL) de Vitória da Conquista no período 2006 – 2014.**

	Indústria de Transformação	Construção	Comércio, Reparação Veículos Auto e Moto	Transporte, Armaz. e Correio	Alojamento e Alimentação	Ativ. Adm. e Serv. Complementar	Administração Pública	Educação	Saúde Humana e Serviços Sociais
QL 2006	2,74	0,81	5,39	1,85	0,60	0,52	3,67	0,54	1,22
QL 2014	3.34	2.33	6.72	2.25	1.00	1.28	2.09	1.03	1.52
Vr. (%) 2014 Seção / Cidade	13.24	9.25	26.67	8.91	3.98	5.11	11.85	4.10	6.03
Vr. (%) 2014 Seção/Seção Estado	4.24	3.66	4.03	5.75	2.80	1,65	1.36	3.13	4.54

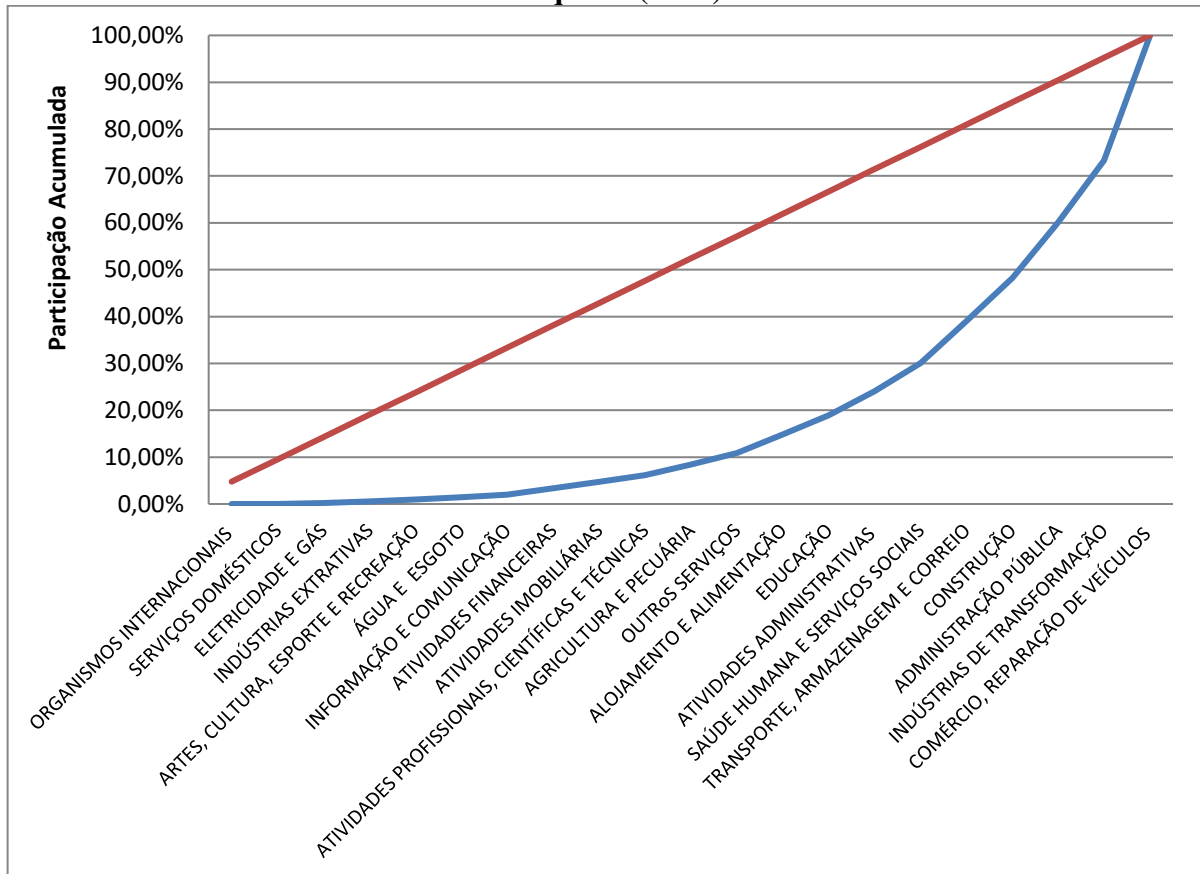
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

Provavelmente, como representação do caso em que o quociente subvaloriza a importância de determinados setores em regiões com uma estrutura produtiva bem diversificada, mesmo que este setor possua peso significativo no contexto de referência, duas seções de atividades em Vitória da Conquista com  $QL < 1$ , apresentaram uma participação significativa na seção do Estado a saber, no ano de 2014: i) Atividades Imobiliárias, que representa 11,49% da seção do Estado com QL de 0,34 e participação de 1,36% do total do emprego da cidade; e ii) Serviços Domésticos, que representa 6,57% da seção do Estado com QL de 0,008 e participação de 0,03% do total do emprego da cidade.

De acordo com Lima e Simões (2011), as curvas de especialização permitem visualizar e interpretar o grau de concentração espacial das atividades econômicas. A curva de Lorenz é representada por uma função  $L(p)$  que mostra como a proporção da participação de Vitória da Conquista no emprego aumenta em razão da proporção do pessoal ocupado nas seções de atividades, considerando a participação relativa crescente. Quando a distribuição é perfeita (não há concentração nas estruturas setoriais regionais da economia de referência), a curva assume

a forma de uma linha de 45°. Curvas à direita mostram setores mais concentrados espacialmente, enquanto curvas à esquerda revelam setores menos concentrados.

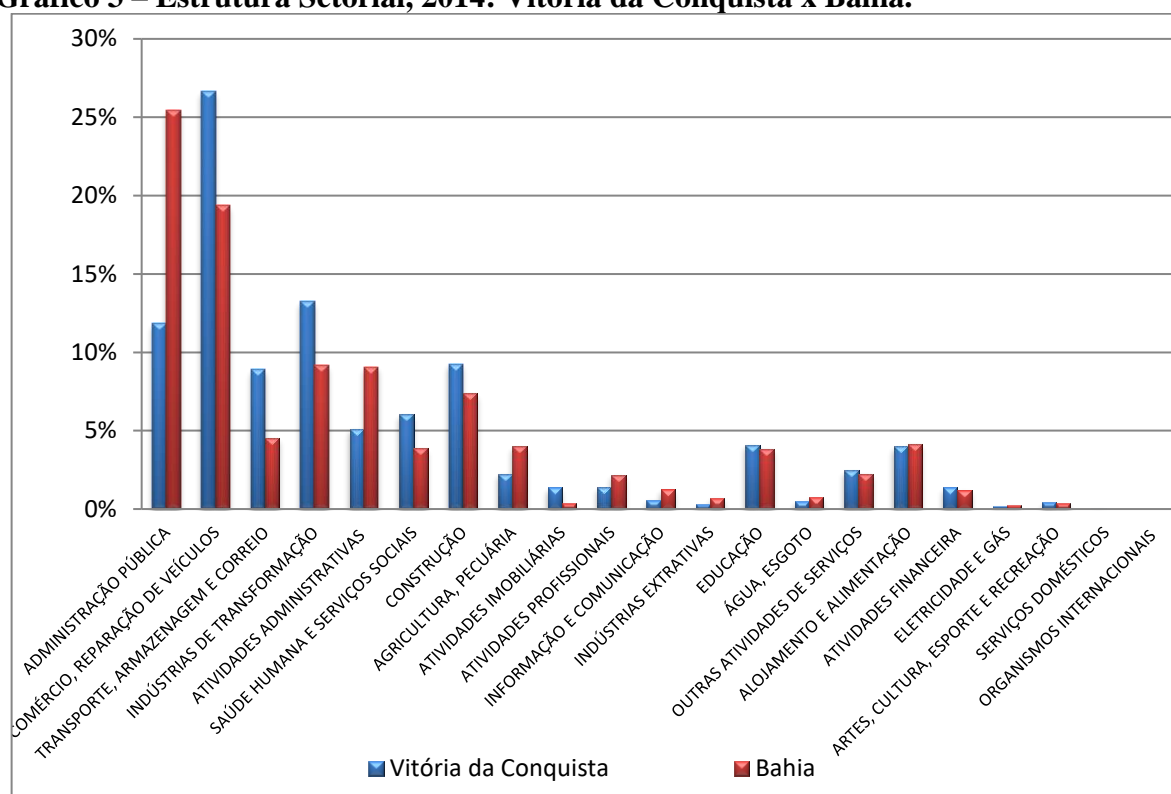
**Gráfico 2 – Curva de Especialização para as atividades econômicas de Vitória da Conquista (2014)**



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da RAIS/MTE.

Das 21 seções de atividades produtivas analisadas em Vitória da Conquista existe uma concentração em cinco seções como mostra o gráfico 2 acima, de forma crescente na sequência a seguir: transporte, armazenagem e correios; construção; administração pública; indústrias de transformação; e, comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas.

A estrutura setorial de emprego de Vitória da Conquista, nas seções obtidas na RAIS/MTE, é similar à estrutura setorial do Estado da Bahia, de acordo com o gráfico 3 abaixo. Vitória da Conquista apresenta uma maior variação proporcional na estrutura de emprego das seções: comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; transporte, armazenagem e correio; indústrias de transformação; saúde humana e serviços sociais; e, construção. Já nas seções administração pública; atividades administrativas; e, agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, o Município apresentou uma estrutura produtiva menor que a do Estado da Bahia.

**Gráfico 3 – Estrutura Setorial, 2014: Vitória da Conquista x Bahia.**

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da RAIS/MTE.

A seção Comércio, Reparação de veículos automotores e motocicletas, que apresenta maior estrutura setorial de emprego em Vitória da Conquista é composta por três setores: i) comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; ii) comércio por atacado exceto comércio e reparação de veículos automotores e motocicleta; e iii) comércio varejista. Segundo Lima e Lopes (2016), em 2003 esses três setores do comércio apresentavam participação do número de emprego nos seus congêneres estaduais superiores a 3%, o que continua a ocorrer nos anos de 2006 e 2014.

O setor comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas teve uma variação positiva na sua estrutura de emprego de 78,71% para o período 2006/2014, com participação no total de emprego da cidade de 4,64% em 2006 e 4,94% em 2014 e participação do número de emprego em sua congêneres estadual de 6,97% em 2006 e 7,38% em 2014. O setor comércio por atacado exceto o primeiro teve uma variação positiva na sua estrutura de emprego de 32,2% para o período 2006/2014, com participação no total de emprego da cidade de 4,81% em 2006 e 3,93% em 2014 e participação do número de emprego em sua congêneres estadual de 4,49% em 2006 e 3,91% em 2014. Já o setor comércio varejista, que apresenta a maior participação na estrutura de emprego entre os três setores oriundos da decomposição em análise, apresentou uma variação positiva na sua estrutura de emprego de 59,82% para o período 2006/2014, com participação no total de emprego da cidade de 18,72% em 2006 e 17,81% em

2014 e a participação do número de emprego em sua congênera estadual de 3,53% em 2006 e 3,60% em 2014.

O Coeficiente de Especialização (CE) tanto para todas as seções de setores produtivos de distribuição de emprego de Vitória da Conquista se mostrou com valores tendendo a zero, quanto o total da cidade, que apresentou valor de 0,08, o que mostra que sua estrutura produtiva é similar à estrutura produtiva do Estado da Bahia. Isso evidencia que suas atividades econômicas parecem ser bastante diversificadas e estar relativamente bem distribuídas no espaço, com efeitos potenciais sobre a vizinhança (*hiterland*) de suas áreas dinâmicas.

O coeficiente de reestruturação, segundo Lima e Simões (2011), permite avaliar se a estrutura produtiva de uma região  $j$  se alterou ao longo do tempo. Se não ocorreram mudanças significativas em sua estrutura produtiva o coeficiente tende a zero, se houve diversificação setorial do emprego o coeficiente tende a um. Para Lima e Simões (2011), se o coeficiente for superior a 0,300, indica que ocorreram reestruturações significativas na região; se a região tiver coeficiente entre 0,150 e 0,300, pode indicar que existe um início de um processo de reestruturação setorial; e, se o coeficiente for menor que 0,150, a região apresenta baixos indícios de reestruturação produtiva.

No período compreendido entre 2006 e 2014, Vitória da Conquista apresentou coeficiente de reestruturação menor que 0,150, exatamente um coeficiente de 0,124, com baixos indícios de reestruturação produtiva, fato que pode estar ligado ao maior nível de diversificação no seu setor terciário, que indica ser composto por atividades mais complexas e dinâmicas.

#### 4.1.2. As Fontes do Crescimento de Vitória da Conquista

Segundo Simões (2006), a tipologia de seis variações constante do Quadro 1 é em função da VLT, que é a Variação Líquida Total, isto é, o montante líquido da variável base, por exemplo, o emprego obtido em determinada região entre os tempos  $t=0$  e  $t=1$ . Se o VLT é positivo, significa que qualquer região que vier a estar classificada nas categorias 1, 2 ou 3 obtiveram aumento real de emprego interperíodos. Para as regiões classificadas como 4, 5 ou 6 vale o inverso. A tipologia 1 significa que as variações estrutural e diferencial foram positivas, a 2 significa que o crescimento na variação estrutural foi maior que a queda na variação diferencial, a tipologia 3 significa que a queda na variação estrutural foi menor que o aumento na variação diferencial, a tipologia 4 significa que a queda na variação estrutural foi maior que

o crescimento na variação diferencial, a 5 significa que o crescimento na variação estrutural foi menor que a queda na variação diferencial e a tipologia 6 significa que houve queda nas variações diferencial e estrutural.

Em Vitória da Conquista, em relação à quantidade de empregos existentes em 2006, houve crescimento de 22,35% (9.223 empregos) na variação diferencial e crescimento de 4,57%, referentes a 1887 empregos, na variação estrutural, levando a um VLT positivo, conforme quadro 2. O quadro 2 mostra que existe um crescimento maior de origem endógeno (de dentro da localidade/região, variação diferencial) que crescimento exógeno (variação estrutural).

Como visto anteriormente no gráfico 1, Vitória da Conquista apresentou, a partir de 2004, um crescimento maior e mais acelerado no seu PIB que as cidades de Ilhéus e Itabuna. Além de aproveitar do momento de crescimento da economia baiana como um todo, como mostra o quadro 2, devido ao componente regional, Vitória da Conquistase diferencia dessas duas cidades pela questão estrutural. Isto é, em média, os setores em que Vitória da Conquista é especializada se encontravam em trajetória de crescimento na Bahia. Crescimento esse potencializado pela existência de elementos locais (diferenciais).

Já nas cidades de Ilhéus e Itabuna, como apresentado no quadro 2, os elementos diferenciais de ambas e a questão estrutural em Ilhéus concorreram para que elas não aproveitassem o momento da economia baiana e crescessem no período.

**Quadro 2 - Composição Estrutural-Diferencial do Emprego das cidades médias das mesorregiões Centro-Sul e Sul no período 2006-2014 – Base: tipologia das seis variações.**

CIDADE	R		E		D		VLT(E+D)		TIPO
Brumado	3.139	+	378	+	1.529	+	1.907	+	1
Eunápolis	6.865	+	-194	-	-2.292	-	-2.486	-	6
Gunambi	2.721	+	244	+	1.955	+	2.199	+	1
Ilhéus	11.226	+	-804	-	-4.311	-	-5.115	-	6
Itabuna	13.095	+	1.042	+	-4.147	-	-3.105	-	5
Itapetinga	4.425	+	-348	-	-1.116	-	-1.463	-	6
Jequié	6.305	+	233	+	3.265	+	3.461	+	1
Livramento N. Senhora	866	+	-214	-	873	+	659	+	3
Macaúbas	652	+	-190	-	144	+	-46	-	4
Teixeira de Freitas	6.921	+	161	+	1.667	+	.8281	+	1
Vitória da Conquista	16.964	+	1.887	+	9.223	+	11.110	+	1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na RAIS/MTE e Simões (2006, p.275).

A cidade de Jequié, constante do gráfico 1, apresentou característica de crescimento similares ao de Vitória da Conquista, vide quadro 2, ou seja, aproveitou do momento da economia baiana como um todo, tendo a média dos seus setores mais especializados em

trajetória de crescimento no Estado, com seu crescimento potencializado pela existência de características próprias (diferenciais).

O maior crescimento da variação diferencial, que se refere aos elementos locais, ou endógenos, da dinâmica econômica, elementos estes que podem estar refletindo a especialização das seções setoriais de emprego constantes da tabela 2, onde as mais proeminentes são: indústria de transformação; construção; alojamento e alimentação; atividades imobiliárias; atividades administrativas e serviços complementares; educação; saúde humana e serviços sociais; e, outras atividades de serviços.

Já na variação estrutural, as seções setoriais comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; transporte, armazenagem e correio; e, atividades profissionais, científicas e técnicas, constantes na tabela 2, podem ter seu crescimento representado por fatores estruturais ou exógenos, que reflete a composição regional da ocupação do emprego em Vitória da Conquista.

A dinâmica econômica, própria, de Vitória da Conquista explica muito mais o crescimento da construção na cidade (componente diferencial) do que a dinâmica do setor como um todo (estrutural) e a dinâmica da economia baiana (regional). Mas o crescimento no setor foi devido à contribuição das três composições: regional, estrutural e diferencial, conforme tabela 2.

Setor de maior especialização do município, o comércio foi mais impulsionado pelo crescimento regional e pela dinâmica do setor no estado que propriamente pelas características diferenciais de Vitória da Conquista. Isso indica que o que alavancou esse crescimento foi o fato da cidade ser um centro fornecedor que se beneficia dos ciclos de crescimento de outros municípios do Estado, muitos dos quais fazem suas compras e adquirem serviços nela, e, do setor no resto do estado. Nesse aspecto, como Vitória da Conquista é importante fornecedor para os pequenos municípios do seu entorno e de regiões vizinhas, quando o comércio cresce nesses municípios, o crescimento em Vitória da Conquista é alavancado.

A seção transporte, armazenagem e correio em Vitória da Conquista, assim como o comércio, também foi impulsionado mais pelo crescimento regional que pelas suas características locais e se beneficia da dinâmica econômica do Estado. Vitória da Conquista é, com base em Pereira e Lemos (2004), considerada uma cidade média em eixos de transporte, isto é, oriunda da expansão das vias de comunicação e implantação de transporte que possibilitaram o crescimento de centros urbanos existentes ao longo do eixo de ligação com as metrópoles e/ou, à luz das teoria de Perroux e seus seguidores, um ponto de desenvolvimento.

Isso, juntamente com a dinâmica econômica do Estado, evidencia o papel de Vitória da Conquista na questão logística para a Bahia.

**Tabela 2 - Composição Estrutural-Diferencial do Emprego das seções com taxa de crescimento positiva em Vitória da Conquista no período 2006-2014.**

<b>Seção de setores produtivos de Vitória da Conquista</b>	<b>Taxa de Crescimento</b>	<b>Varição Regional</b>	<b>Varição Estrutural</b>	<b>Varição Diferencial</b>
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	24	513	-423	215
Indústrias Extrativas	91	48	-26	84
Indústrias de Transformação	56	2.427	-190	1.042
Água, esgoto, gestão de resíduos e descontaminação	1.567	9	3	318
Construção	267	719	1.369	2.576
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	59	4.779	1.958	130
Transporte, armazenagem e correios	55	1.641	364	184
Alojamento e alimentação	115	528	327	617
Atividades Financeiras, de seguros e serviços relacionados	72	226	-24	193
Atividades Imobiliárias	2.682	14	72	826
Atividades profissionais, científicas e técnicas	172	146	309	155
Atividades Administrativas e serviços complementares	215	462	163	1.790
Administração pública, defesa e seguridade social	4	3.249	-2.161	-774
Educação	145	476	225	983
Saúde Humana e serviços sociais	59	1.078	-32	514
Artes, cultura, esporte e recreação	123	54	31	77
Outras atividades de serviços	116	327	-194	793
Serviços domésticos	83	5	-7	12

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na RAIS/MTE.

Assim, pode-se notar que Vitória da Conquista beneficiou-se, no período analisado, tanto do momento de crescimento da economia do Estado como um todo, o que explica o componente regional, mas também beneficiou-se das tendências de crescimento dos setores na qual ela é especializada – componente estrutural – e de elementos diferenciais que caracterizam a economia da cidade. Destaca-se que o componente diferencial do crescimento foi bastante superior ao crescimento que se deve às características da estrutura produtiva do município, isto é, o componente estrutural.

Nesse aspecto, em média, todos os municípios do estado tenderam a ser impactados por um componente regional positivo. Contudo, o que se questiona neste trabalho é se, dado o crescimento estrutural e diferencial que Vitória da Conquista obteve, quanto desse crescimento gerou transbordamentos nos municípios vizinhos. Para buscar evidências desses elementos lançou-se mão da análise do padrão de associação espacial do crescimento econômico para os municípios da Bahia.

## 4.2. Associação Espacial do Crescimento de Vitória da Conquista.

O Estado da Bahia, assim como o Nordeste, se mantém um estado com forte disparidade na distribuição da atividade produtiva, de acordo com Melo e Simões (2011), tendendo a concentração do capital na mesorregião metropolitana de Salvador e diminuindo de acordo com a distância dos municípios em relação à capital. Este trabalho apresenta uma análise exploratória dos dados para as variáveis crescimento do produto e crescimento do emprego dos Municípios da Bahia e que possuem vizinhos de acordo com o critério adotado para a metodologia deste trabalho especificado no capítulo anterior, e com foco na cidade de Vitória da Conquista.

Em uma caracterização detalhada das regiões econômicas e áreas de subsistência no Brasil, Lemos et al. (2003), a partir do microdados dos censos de 1980 e 1991, ao observarem a regionalização em 1980, a cidade de Vitória da Conquista foi considerada como um pólo de crescimento agropecuário e na observação da regionalização em 1991, seus resultados apresentaram Vitória da Conquista como um enclave<sup>4</sup> agropecuário.

Já Melo e Simões (2011) apresentam em seus resultados de uma análise exploratória de dados espaciais sobre o crescimento do PIB *per capita* no período de 2000 a 2006, que Vitória da Conquista se classifica como um enclave a partir de um *outlier* espacial<sup>5</sup> (do tipo alto-baixo) onde apresenta uma alta taxa de crescimento e o seu entorno apresenta baixa taxa de crescimento.

O Gráfico 4, mostra nos dois diagramas de dispersão que a associação espacial do crescimento na Bahia é baixa, apesar de estatisticamente significativa, o que mostra a heterogeneidade dos seus municípios. Mesmo baixo, o I de Moran mostra uma leve autocorrelação espacial positiva, ou seja, uma leve tendência de municípios com crescimento elevado estarem rodeados por municípios com crescimento elevado no quadrante I e, no quadrante III, a mesma tendência de leve tendência de municípios com baixo crescimento estarem rodeados por municípios com baixo crescimento, principalmente no mapa para crescimento do PIB no período 2000-2010.

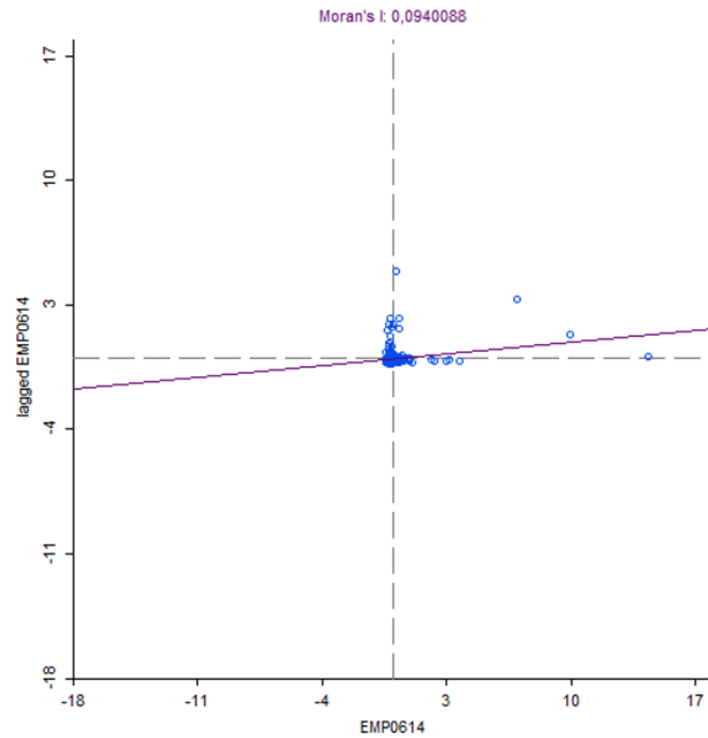
---

<sup>4</sup> Núcleo urbano centróide de alto crescimento com entorno de subsistência e/ou renda baixa (LEMOS et al., 2003, p.686).

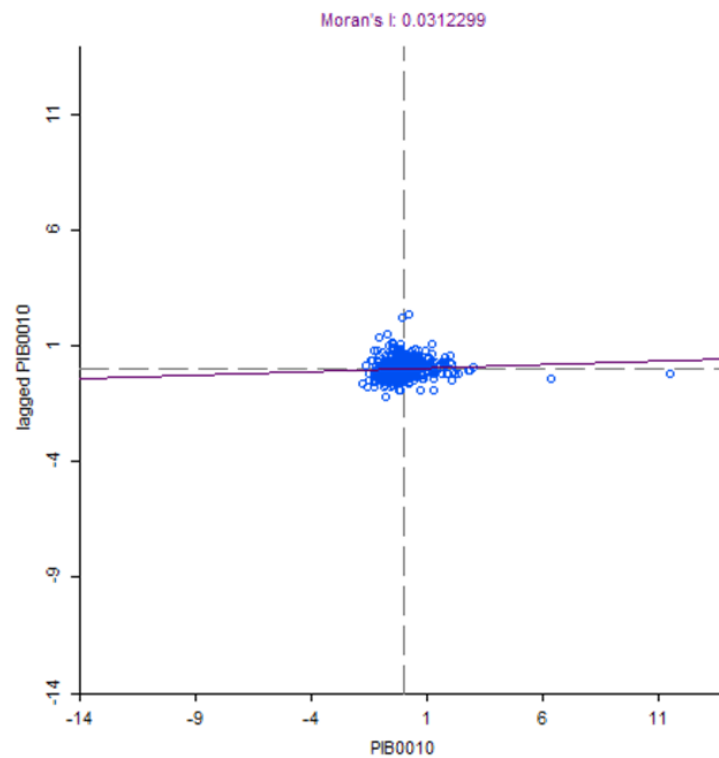
<sup>5</sup> *Outliers* espaciais: valores que não são possíveis de serem agrupados, casos atípicos, pois apresentam valores distintos em suas proximidades.

## Gráfico 4 – Gráficos Moran Scatterplot para as Taxas de Crescimento do Emprego e Produto nos Municípios da Bahia

### a) Variação do Emprego Formal - 2006-2014

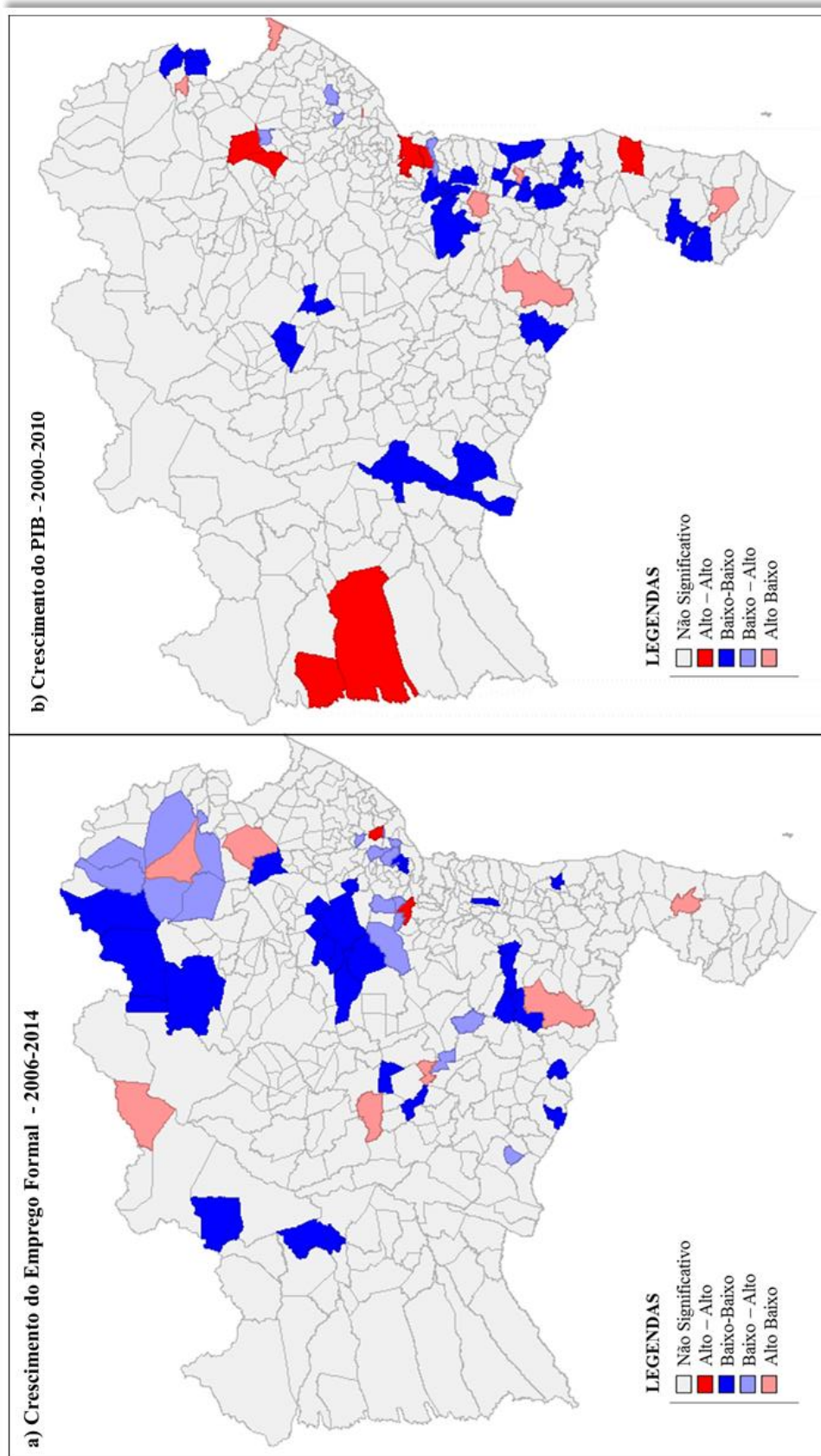


### b) Crescimento do PIB - 2000-2010



Fonte: RAIS/MTE e IBGE. Elaboração própria através do Software GeoDa.

Mapa 1 - Mapas de Cluster Espacial para o Crescimento do Emprego e Produto nos Municípios da Bahia



Fonte: RAIS/MTE e IBGE. Elaboração Própria através do Software GeoDa. Matriz de pesos espaciais de contiguidade, tipo *Queen*

No estado da Bahia, foram encontrados municípios com indicação de *clusters* tipo alto-alto, compatíveis com *spillovers* de crescimento e polarização no sentido da teoria de pólo de crescimento de Perroux<sup>6</sup>. No mapa 1, item a, acima, para crescimento de emprego no período 2006-2014, foram encontrados somente dois municípios com indicação de *clusters* do tipo alto-alto, compatíveis com *spillovers* de crescimento, que foram as cidades de Amargosa e São Francisco do Conde, localizadas nas mesorregiões Centro-sul e Metropolitana de Salvador.

Para o crescimento do PIB no período 2000-2010, vide o mapa 1, item b, foram localizados oito municípios compatíveis com *spillovers* de crescimento: dois municípios limítrofes no Extremo Oeste baiano, que são as cidades de Luis Eduardo Magalhães e São Desidério; duas cidades limítrofes no Nordeste baiano: Araci e Conceição do Coité; três no Sul: a cidade de Santa Cruz de Cabrália, e as limítrofes Taperoá e Valença; e, a cidade de Madre de Deus na Região Metropolitana de Salvador.

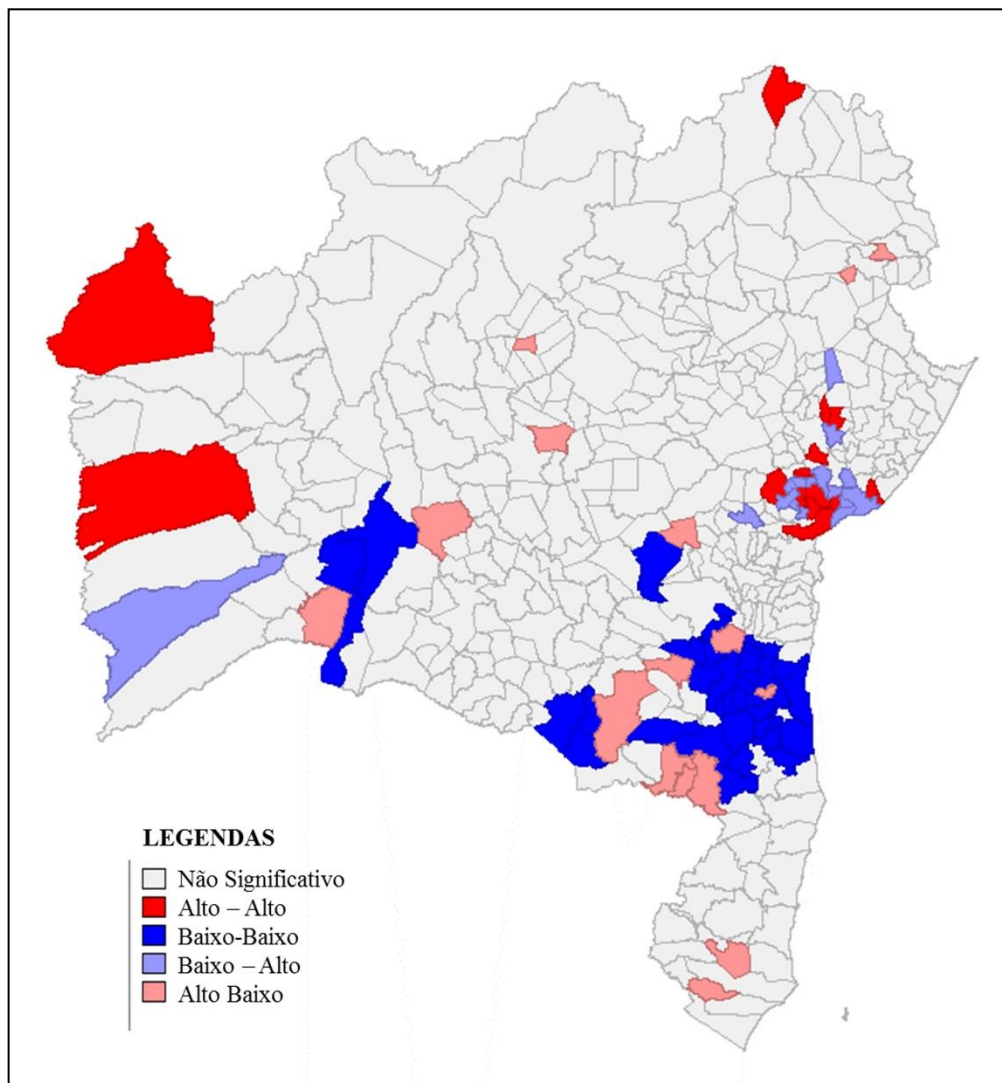
Já em uma matriz de pesos espaciais do inverso da distância constante do mapa 2 – apresenta um mapa de *cluster* espacial para o crescimento do produto, em uma matriz de distância –, foram encontrados doze municípios compatíveis com *spillovers* de crescimento (que apresentaram tipologia alto alto). Nove dos municípios estão concentrados na Região Metropolitana de Salvador: Castro Alves, Governador Mangabeiras, Jaguaripe, Lauro de Freitas, Maragogipe, Nazaré, Sapeaçu, Saubara e Simões Filho; duas se localizam no Extremo Oeste que são São Desidério e Formosa do Rio Preto; e, no Centro-Norte a cidade de São Gonçalo.

A cidade de Vitória da Conquista, como mostra os mapas 1 e 2, não segue o padrão descrito anteriormente – alto-alto – apresentando um padrão oposto a possibilidade de *spillovers* e de pólos de crescimento. Apresenta o padrão alto-baixo, com altas taxas de crescimento para as variáveis analisadas e está rodeada por municípios com baixas taxas de crescimento, o chamado *outlier* espacial. Ou seja, a inserção regional de Vitória da Conquista no que diz respeito ao crescimento econômico não é compatível com existência de transbordamentos e/ou pólo de crescimento. Logo, o padrão de caracterização mais compatível para Vitória de Conquista é o de um Enclave, no que diz respeito à dinâmica de crescimento econômico.

---

<sup>6</sup> O padrão alto-alto ser compatível com pólo de crescimento não significa necessariamente que a localidade com a compatibilidade seja um pólo de crescimento. Mas se a localidade for um pólo de crescimento, o padrão compatível será sempre alto-alto.

**Mapa 2 – Mapas de Cluster Espacial para o Crescimento do Produto nos Municípios da Bahia – Matriz de Distâncias**



Fonte: IBGE. Elaboração Própria através do Software GeoDa.

Como visto anteriormente no capítulo 1, de acordo com Andrade (1970), é possível surgir um pólo em determinada região, que frequentemente é subdesenvolvida, que se desenvolve à custa da região sem retribuir em recursos as riquezas que tira dela. A cidade drena a região e o espaço agrário bem mais que o irriga. É a região definhando e beneficiando o centro urbano, sendo sugada sem compensação.

As análises anteriores sobre a estrutura produtiva de Vitória da Conquista possibilitam que se levantem algumas explicações sobre essa condição da inserção do município. A primeira delas se refere às possibilidades de encadeamento da atividade econômica na qual Vitória da Conquista é especializada, o comércio. O comércio de Vitória da Conquista se insere regionalmente como um fornecedor de produtos para as cidades vizinhas. Nesse aspecto, deve-

se destacar que é inescapável a participação das cidades vizinhas nas cadeias de oferta para o comércio em Vitória da Conquista, cuja maioria dos fornecedores provém de regiões mais distantes. Assim, a dinâmica do comércio em Vitória da Conquista mais se beneficia da dinâmica econômica das cidades vizinhas do que o inverso.

Em segundo lugar, apesar de existir um parque industrial em Vitória da Conquista cuja especialização está acima da média da Bahia e cujo crescimento do emprego se deve a dinâmica própria da cidade, isto é, não se deve ao crescimento da economia baiana nem do crescimento setorial, a estrutura econômica das cidades vizinhas não apresentam setores complementares, participantes das cadeias de oferta desses setores. Assim, o crescimento industrial em Vitória da Conquista não gera encadeamentos em setores industriais nas outras cidades e, conseqüentemente, não puxa o crescimento dos municípios que a circundam.

Destarte, analisando as estruturas econômicas e a dinâmica de crescimento setorial em Vitória da Conquista e nas cidades da região é possível observar que são estruturas que não apresentam interrelações nem complementariedades, de forma que é mais provável que Conquista se beneficie de alguns ciclos de crescimento de seu entorno do que o contrário, o que pode inclusive, reduzir a base produtiva das cidades circunvizinhas. A estrutura setorial de Conquista faz com que ela absorva rendas geradas nas cidades vizinhas, por sua estrutura no comércio, além da absorção de mão-de-obra das regiões vizinhas. Portanto, Vitória da Conquista absorve rendas e recursos produtivos das regiões do seu entorno, fortalecendo o seu crescimento, mas não se verifica um movimento inverso no sentido de que esse crescimento gere crescimento na região.

## CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi verificar, com base nas teorias de pólos de crescimento de Francois Perroux e seus seguidores, se a dinâmica econômica de Vitória da Conquista gera crescimento econômico em seu entorno. Desse modo, a discussão realizada buscou avaliar a inserção de Vitória da Conquista no contexto regional e analisar a existência de transbordamentos do seu crescimento econômico aos municípios e regiões vizinhas.

Uma análise descritiva inicial da variação do PIB mostrou que a economia de Vitória da Conquista se descolou das principais economias das mesorregiões Centro Sul e Sul baianas, principalmente de Itabuna e Jequié. Verificou-se que, até o ano de 2003, as economias acompanhavam a mesma tendência de crescimento e, o descolamento se iniciou a partir do ano de 2004 e assim permaneceu até 2012.

Buscando entender a estrutura produtiva desse crescimento de Vitória da Conquista foram empregadas medidas de localização e especialização de economia regional para a variação do emprego no período de 2004 a 2014. Através do Quociente Locacional verificou-se que somente o comércio apresentou especialização produtiva ( $QL > 4$ ) e outras oito seções de atividades, das quais sete são do setor de serviços, apresentaram indícios de especialização ( $1 \leq QL \leq 4$ ). Observou-se que para o período analisado, a estrutura setorial do emprego é similar à do E

stado da Bahia, o que evidencia que suas atividades econômicas parecem ser bastante diversificadas e relativamente bem distribuídas no espaço, mas a proporção do pessoal ocupado se concentra em cinco das 21 seções de atividades produtivas analisadas – somente o comércio representa 26,7% do total de empregos da cidade – e que Vitória da Conquista apresentou baixos indícios de reestruturação produtiva para o período.

A utilização do método diferencial estrutural evidenciou que o forte crescimento em Vitória da Conquista ocorreu porque a trajetória do crescimento dos setores em que ela é especializada acompanhou a trajetória de crescimento da Bahia, o que foi bastante potencializado pela existência de elementos locais (diferenciais), diferentemente de Ilhéus e Itabuna, que em ambas as questões locais e a questão estrutural de Ilhéus concorreram para que não aproveitassem o momento do estado e crescessem junto.

O crescimento de Vitória da Conquista foi alavancado pelos três fatores: diferencial, regional e estrutural, mas cuja causa mais evidente são os elementos locais, bem como pelo fato

da cidade ser um centro fornecedor que se beneficia dos ciclos de crescimento dos municípios do seu *hinterland*.

A partir de uma análise exploratória de dados espaciais, confirmou-se que a dinâmica econômica de Vitória da Conquista não gera crescimento no seu entorno, isto é, não desencadeia um crescimento econômico nos municípios circunvizinhos e na região que a rodeia. Por fim, de acordo com o apurado nesta monografia, Vitória da Conquista não pode ser considerada um pólo de crescimento segundo as teorias de Perroux e seus discípulos, mas, como vem sendo demonstrado em estudos anteriores, deve ser considerada um enclave, pois o seu crescimento não gera *spillovers* de crescimento ou transbordamentos no seu *hinterland*. O que a análise exploratória indicou foi que Vitória da Conquista apresenta um alto crescimento econômico, diferentemente do seu entorno que apresenta um baixo crescimento econômico para o período analisado.

No estudos de Lemos et al. (2003), Vitória da Conquista foi considerada, no ano de 1980, como um pólo de crescimento agropecuário, e, em 1990, um enclave agropecuário. Já Melo e Simões (2011), em sua análise para o PIB *per capita* no período de 2000 a 2006, concluiu que a cidade se configurava como um enclave. É importante atentar para o fato que o setor terciário, cuja atividade principal é o comércio, representava aproximadamente 71% do PIB do município. Portanto, avaliando a evolução da inserção regional de Vitória da Conquista, conclui-se que a cidade passa de um enclave agrícola para um enclave comercial sem, contudo, ter se configurado como um pólo de crescimento regional.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eduardo Simões de. **Curso de Econometria Espacial Aplicada**. Piracicaba: ESALQ, 2004.

ALMAS, Rondinaldo Silva das; LONGUINHO, Marco Antônio Araújo. Setor de serviços e dinâmica econômica no município de Vitória da Conquista/BA. In: **VIII Encontro baiano de geografia /X Semana de geografia daUESB**. 16 a 19 Ago. 2011. Anais. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/ebg/>>. Acesso em: 20 set. 2015.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. Análise do desempenho produtivo dos centros urbanos brasileiros no período 1975/96. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Orgs). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p.79-127.

\_\_\_\_\_. O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período 1970/2000. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Orgs). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p.129-169.

ANDRADE, Thompson Almeida; SANTOS, Ângela Moulin Simões Penalva; SERRA, Rodrigo Valente. Fluxos migratórios nas cidades médias e regiões metropolitanas brasileiras: a experiência do período 1980/96. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Orgs). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p.171-211.

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente; SANTOS, Denis Paulo dos. Pobreza nas cidades média brasileiras. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Orgs). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p.251-293.

ARAÚJO, Aluísio Barbosa de. Nota Introdutória. In: Schwartzman, Jacques, org. **Economia Regional: Textos Escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977, p.139-142.

CROCCO, Marco Aurélio et al. **Metodologia de identificação de arranjos produtivos locais potenciais**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003, 28p. (Texto para discussão: 212).

CROCCO, Marco Aurélio et al. Polarização regional e sistema financeiro. In: CROCCO, Marco; GONZAGA, Frederico (Orgs). **Moeda e Território: Uma interpretação da dinâmica regional brasileira**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.231-269.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco. Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil: uma breve reflexão. In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco; (Orgs). **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.09-31.

DUBEY, Vinod. Definição de Economia Regional. In: Schwartzman, Jacques, org. **Economia Regional: Textos Escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977, p.21-27.

FERRAZ, Ana Emília de Quadros. **O Urbano em Construção** Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas. Vitória da Conquista: UESB, 2001, 202 p.

FERREIRA, Carlos Maurício de Carvalho. Espaço, Regiões e Economia Regional. In: Haddad Paulo Roberto. org. **Economia Regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989. 694 p, p.45-65.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos pólos de desenvolvimento, a questão de regionalização e os planos de desenvolvimento integrados dos Vales das Bacias Hidrográficas Amazônicas**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1991, 28p. – (Texto para discussão/CEDEPLAR: 63).

IBGE. Cidades@. **IBGE**: Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=293330>> e

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=293330&idtema=16&search=bahia|vitoria-da-conquista>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

HADDAD, Paulo R. Medidas de Localização e de Especialização. In: Haddad Paulo Roberto. org. **Economia Regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989. 694 p. p.225-247.

HADDAD, Paulo R; ANDRADE, Thompson A. Método de Análise Diferencial-Estrutural. In: Haddad Paulo Roberto. org. **Economia Regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989. 694 p. p.249-286.

LEITE, Pedro Sisnando. **Novo Enfoque do Desenvolvimento Econômico e as Teorias Convencionais**. Fortaleza: Gráfica LCR, 2012, c1983, 306p.

LEMOS, Mauro Borges; DINIZ, Clélio Campolina; GUERRA, Leonardo Pontes; MORO, Sueli. A Nova Configuração Regional Brasileira e sua Geografia Econômica. **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo: USP, v.33, n.4, p.665-700, out-dez 2003.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teorias do Desenvolvimento Regional e suas Implicações de Política Econômica no Pós-guerra: o caso do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. 33p. (Texto para discussão: 358).

\_\_\_\_\_. Centralidade e Emprego no Estado de Minas Gerais no Período 1995/2008. **Documentos Técnico-Científicos**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, v.42, n.04, Out./Dez. 2011, p.779-805.

LIMA, Adelaide Motta; LOPES, Vitor. **Municípios baianos em destaque: três vias de desenvolvimento local no Estado da Bahia**. Disponível em: <[http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/0906201110063750Municipios\\_ba\\_destaque.pdf](http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/0906201110063750Municipios_ba_destaque.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2016.

LODDER, Celsius Antônio. Crescimento da ocupação regional e seus componentes. In: HADDAD, Paulo R, org. **Planejamento Regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 1974, p.53-110.

MELO, Luzia Maria Cavalcante de. SIMÕES, Rodrigo. Desigualdade Econômica Regional e

Spillovers Espaciais: Evidências para o Nordeste do Brasil. **Documentos Técnico-Científicos**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, v.42, n. 01, Jan./Mar. 2011, p.10-24.

MIGUEL, Antonieta. **Vida material e cotidiano**: a Imperial Vila da Victória na segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: UFBA, 2000.

PAELINCK, Jean. A Teoria do Desenvolvimento Regional Polarizado. In: Schwartzman, Jacques, org. **Economia Regional**: Textos Escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977, p.157-194.

PASSOS, Sinval Almeida. **Vitória da Conquista, cidade e região**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

PEREIRA, Fabiano Maia; LEMOS, Mauro Borges. Políticas de desenvolvimento para cidades médias mineiras. **Cadernos BDMG**. Belo Horizonte: BDMG, N. 9, out. 2004.

PERROUX, François. O conceito de Pólo de Crescimento. In: Schwartzman, Jacques, org. **Economia Regional**: Textos Escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977, p.145-156.

\_\_\_\_\_. **A Economia do Século XX**. Tradução: José Lebre de Freitas. Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1967, 755p.

PMVC. A cidade. **PMVC**. Disponível em: <<http://www.pmvc.ba.gov.br>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

ROCHA, Altamar Amaral; FERRAZ, Ana Emília de Quadros. Atlas Geográfico de Vitória da Conquista-BA. In: **X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: Anais...Universidade de São Paulo – 20 a 26 mar 2005. São Paulo: USP, 2005, p.12555-12574. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Nuevastecnologias/Sig/19.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

SANTOS, Ronan Soares dos. **Instituições de ensino superior e o desenvolvimento local em Vitória da Conquista-BA**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2007.

SCHICKLER, Samuel. A teoria da Base Econômica Regional: aspectos conceituais e testes empíricos. In: HADDAD, Paulo R, org. **Planejamento Regional**: métodos e aplicação ao caso brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA, 1974, p.07-51.

SILVEIRA NETO, Raul da Mota. Crescimento e Spillovers: a localização importa? Evidências para os estados brasileiros. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza: BNB, v.32, n. Especial, p.524-545, nov. 2001.

SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Localização industrial e Relações Intersectoriais**: uma análise de *fuzzy cluster* para Minas Gerais. Tese (Doutorado em Economia). Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

\_\_\_\_\_. Método de análise Regional e Urbana: diagnóstico aplicado ao planejamento. In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco; (Orgs). **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG , 2006, p.269-297.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009. 198p.

STEINBERGER, Marília; BRUNA, Gilda Collet. Cidades médias; elos do urbano-regional e do público-privado. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Orgs). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p.35-77.

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista**: crônicas de uma cidade. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas Ltda, 1992.

TOLOSA, Hamilton C. Pólos de Crescimento: teoria e política econômica. In: HADDAD, Paulo R, org. **Planejamento Regional**: métodos e aplicação ao caso brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA, 1974, p.189-244.

TORRES, Tranquilino Leogivildo. **O Município da Vitória**. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista/UESB, 1996 (Memória Conquistense n.2).